



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ALINNE ALVES EIRADO

**O PRECONCEITO LINGUÍSTICO COMO UM AGRAVANTE DA
INDISCIPLINA EM SALA DE AULA**

Brasília/DF,
Outubro de 2012

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ALINNE ALVES EIRADO

**O PRECONCEITO LINGUÍSTICO COMO UM AGRAVANTE DA
INDISCIPLINA EM SALA DE AULA**

Trabalho Final de Curso apresentado à Banca Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob orientação da professora Doutora Stella Maris Bortoni-Ricardo, como requisito parcial e insubstituível para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Brasília/DF,
Outubro de 2012

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ALINNE ALVES EIRADO

**O PRECONCEITO LINGUÍSTICO COMO UM AGRAVANTE DA
INDISCIPLINA EM SALA DE AULA**

Trabalho Final de Curso apresentado à Banca Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob orientação da professora Doutora Stella Maris Bortoni-Ricardo, como requisito parcial e insubstituível para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Comissão Examinadora

Professora Doutora Stella Maris Bortoni-Ricardo
Orientadora e Examinadora

Professora Doutora Ana Dilma de Almeida Pereira
Membro titular da banca

Professora Doutora Veruska Ribeiro Machado
Membro titular da banca

Professora Mestre Thaís de Oliveira
Membro suplente da banca

Toda honra e glória a Deus por ter me ajudado a chegar até aqui e por me mostrar que onde estou é só o começo de uma grande caminhada.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus por me conceder a tão sonhada graduação na Universidade de Brasília e no curso que eu tanto admiro.

Ao meu querido marido, que acreditou no meu potencial e me mostrou que é possível ir em busca dos objetivos e obter sucesso ao alcançá-los.

À minha mãe e aos meus queridos avós que me incentivaram e me ajudaram a chegar até a universidade.

À minha irmã, que me deu força e sempre se orgulhou de mim pelo que eu sou e pelo que eu poderia alcançar.

À minha sogra, que como uma excelente profissional atuante na área, me deu dicas e me ajudou durante todo o meu curso, sempre com muito carinho, dedicação e presteza.

Ao meu sogro, pelas palavras de força, cuidado e incentivo.

Aos meus queridos amigos, Gabriela, Érica, Camila, Igor, Rafaela, dentre outros que me ajudaram, incentivando, compartilhando inúmeros momentos e fazendo parte desta conquista.

E, em especial, à professora Stella Maris Bortoni-Ricardo, por dispor de seu tempo e de sua dedicação, elementos que muito me ajudaram na construção de novos conhecimentos e na elaboração da minha monografia.

“A educação sem esperança não é educação. Enquanto necessidade, a esperança precisa da prática para se tornar concretude histórica. É por isso que não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera na espera pura, que vira assim espera vã.”

Paulo Freire

Resumo

As escolas, principalmente as públicas, são hoje frequentadas por populações escolares muito heterogêneas, contando no seu meio com um crescente número de alunos que provém de grupos sociais onde há diferentes manifestações de dialetos. Apesar da especificidade dos problemas desses alunos, a escola recusa-se, por uma questão ideológica, a tratá-los de um modo diferenciado, o que causa muitos conflitos e resulta na indisciplina educacional. Tendo isso em vista, este trabalho se torna pertinente porque trata de um tema importantíssimo no cenário do ensino brasileiro atual: o preconceito linguístico como sendo um agravante da indisciplina dentro da sala de aula. É relevante, porque se propõe a buscar reflexões que possam ajudar a reduzir e controlar as manifestações de agressividade entre os alunos. Cumpre ressaltar que este estudo não tem a pretensão de esgotar nem de dar conclusões definitivas, mas sim evidenciar a importância desse tema, contribuindo com uma análise informativa para o aprimoramento das relações interpessoais entre os educandos e em consequência disso, amenizar o problema da indisciplina.

Palavras-Chave: Indisciplina. Preconceito. Preconceito linguístico.

Sumário

Resumo	7
Introdução	10
Parte I: Memorial.....	12
Memorial.....	13
Parte II: Monografia	20
Justificativa	21
Objetivos	22
Capítulo I	24
1-Indisciplina – sua conceituação e suas causas	25
1.1-A conceituação da (In) disciplina	25
1.2-Indisciplina escolar e suas causas	27
1.2.1- Familiar.....	28
1.2.2-Social	33
1.2.3-Pessoal	33
1.2.4-Escolar	35
Capítulo II.....	37
2-Preconceito Linguístico – Um fator isolado da indisciplina.....	38
2.1-Preconceito	38
2.2-Variação linguística e o preconceito linguístico.....	38
2.3-Preconceito linguístico.....	43
2.4-O preconceito linguístico como sendo um agravante da indisciplina em sala de aula.	44

Parte III.....	49
Metodologia	50
Considerações Finais	68
Perspectiva Profissional.....	70
Referências Bibliográficas.....	71

Introdução

Atualmente é notável o despreparo em nível nacional dos educadores para lidar com problemas que levam à indisciplina escolar. Tendo em vista que tais problemas fazem com que os níveis de indisciplina aumentem a cada pesquisa, podemos notar com relação ao ambiente educacional que alguns grupos sociais ficam desorientadas com tais manifestações de indisciplina. E isso não ocorre apenas no ensino médio ou na Educação Infantil, e sim em todos os níveis da educação, o que resulta na impotência das escolas e das famílias frente a tais situações.

Há séculos que se apontam uma série de calamitosas influências sociais para certos comportamentos violentos dos jovens. As práticas de diversão estão em geral no pensamento das fontes de uma cultura da violência. Na antiguidade, por exemplo, referiam-se aos combates e às torturas. Atualmente, são apontados o cinema, a televisão, jogos de vídeo-game, Internet e certos grupos e gêneros musicais. As novas cidades são particularmente violentas. A única forma de sobreviver é assumir essa cultura de violência.

Dessa forma, é de suma importância que todos os fatores e agravantes da indisciplina sejam mapeados e combatidos na tentativa de erradicar a indisciplina do contexto escolar.

Sendo o preconceito linguístico uma forma de exclusão do aluno e até mesmo repreensão e deboche, podemos apontar tal preconceito como sendo um dos agravantes dessa indisciplina? Será que a maneira como os professores reagem frente a tais manifestações de dialetos pode ser apontada como um fator negativo? E os demais alunos? Como reagem às falas dos colegas que apresentam em sua comunicação certo regionalismo?

Tendo isso em vista, o educador tem papel principal na formação do cidadão e em sua inserção na sociedade. Há uma necessidade ligada ao docente de aprofundar-se no assunto para colaborar com a mudança da atual realidade da educação no sentido de torná-la mais prazerosa, necessária e pacífica. Os planos de aula devem estar estruturados com conteúdos interligados e estratégias que consigam abarcar todo tipo de manifestação linguística. É preciso motivar o estudo, tornando a escola um lugar indispensável para o aluno e só é possível fazer isso evitando a indiferença, ou seja, cada dialeto possui suas particularidades e riquezas e o professor deve saber respeitar e procurar uma melhor forma de lidar com isso em sala de aula.

A questão da indisciplina requer estudos aprofundados para que seja possível amenizá-la, e os resultados de tais pesquisas podem colaborar na busca de soluções eficazes, acessíveis e que possam subsidiar os professores principalmente de Escolas Públicas do Distrito Federal.

Sabe-se que estudos como estes podem dar início a um processo de construção no qual o compromisso de todos os participantes leve à conquista da superação dos problemas que geram a indisciplina. Contribui também para que as informações obtidas possam ser usadas para a melhoria das questões apontadas e que estão relacionadas à educação. É do conhecimento da multiplicidade da natureza dos sujeitos, bem como as causas e as consequências e soluções que se atribui a determinadas situações, que se percebe a interligação entre esses fatores. Todos devem ser considerados, para que a indisciplina não impeça o desenvolvimento criativo e participativo dos alunos nas expressões escolares.

É preciso ter uma educação que valorize a organização coletiva e que contribua para a construção da autonomia e do desenvolvimento intelectual rumo à conquista de uma sociedade democrática, na qual os problemas geradores da temível indisciplina possam fazer parte do passado. É sonho? É utopia? Ainda não se podem fazer afirmações categóricas, pois se trata apenas de uma proposta de mudança na prática pedagógica.

Como tentativa de compreender o problema disciplinar na escola, buscar-se-ão respostas por meio de abordagens teóricas atualizadas e estudos anteriormente feitos, maneiras eficazes de solucionar o problema da indisciplina no processo ensino-aprendizagem.

Parte I: Memorial

Memorial

Relembrar a nossa história, a nossa trajetória estudantil, enfim, a nossa vida, não é uma tarefa muito fácil. Há momentos que se perdem, histórias que não lembramos por completo e momentos marcantes que permanecem afixados em nosso consciente. Levando isso em consideração, o meu memorial se destina a relatar a minha vida, desde que nasci até os dias de hoje, sendo ele focado na minha trajetória escolar.

Nasci em Brasília, no dia primeiro de julho de mil novecentos e noventa no HRAN (Hospital Regional da Asa Norte). Com aproximadamente três meses de vida, meus pais se separaram e a família que antes morava em Planaltina foi dividida. E eu, minha mãe e minha irmã fomos morar com os meus avós maternos na cidade de Sobradinho, onde resido até hoje, e o meu pai não faria mais parte de nossas vidas.

Nascida em uma família bem humilde, irmã de mais onze irmãos e filha de pais analfabetos, minha mãe conseguiu terminar o ensino médio, pensando até em ingressar no ensino superior. Porém logo se casou, teve a minha irmã e depois de seis anos eu nasci. Após a separação e alguns problemas de saúde, veio a necessidade de cuidar das filhas e, então, seu interesse em dar continuidade aos estudos foi diminuindo.

Meus queridos avós, na época em que eu já estava na idade de começar a aprender a escrever, também não eram alfabetizados e lembro-me como se fosse hoje da minha mãe nos dando folhas com letras do alfabeto pontilhadas para que pudéssemos tracejar suas formas.

Desde criança, sempre gostei muito da ideia de podermos falar através das letras, ou seja, de símbolos que juntos significavam algo e que qualquer pessoa que soubesse esse significado poderia decifrá-los. Sendo assim, desde muito pequena, em minhas primeiras garatujas, eu já traçava linhas no sentido horizontal na tentativa de reproduzir os mesmos desenhos das letras do alfabeto. Com isso, entrei no jardim de infância aos seis anos de idade, o que na época era chamado de jardim 1.

Lembro-me que o primeiro dia de aula não foi tão fácil como eu pensei que seria. A ideia de ser deixada pela minha mãe em um lugar estranho, onde eu não conhecia ninguém e teria de ficar ali por cerca de seis horas até poder ver a minha família novamente, era martirizante. Posso sentir o mesmo sentimento que senti naquele dia ao descrevê-lo de tão ruim que ele foi. Minha professora, “Tia Lúcia”, era muito boa, porém fiz um escândalo para ficar na escola. Minha mãe ameaçou me bater, deixar de castigo, mas tenho certeza de que, assim como eu estava chorando, ela foi chorando para casa por ter que me deixar ali daquele

jeito. Depois do segundo dia de aula, comecei a me acostumar, era legal poder conviver com outras crianças da minha idade e aprender o que eu tanto queria aprender, que era ler e escrever.

Minha irmã, que é mais velha do que eu seis anos, já estava na antiga sexta série do Ensino Fundamental. E eu, vendo a velocidade com que ela escrevia os trabalhos e até mesmo a escola onde ela estudava, comecei a despertar um interesse em tentar alcançá-la e ser tão rápida quanto ela, tanto para ler como para escrever. Como era muito esperta e meu interesse pela escrita e leitura era bem avançado, pulei do jardim 1 para a primeira série. Minha mãe conta que, para que eu conseguisse pular de série, a professora pediu que eu fizesse um teste e, se eu fosse aprovada poderia ir direto para a primeira série sem passar pelo jardim 2 e 3.

Aprovada no teste, fui para a primeira série. Desse ano eu não me lembro de muita coisa, pois, como a matrícula era automática, me matricularam na escola mais próxima da minha casa, que era o Centro de Ensino Fundamental 06 de Sobradinho. Porém, como a minha irmã estudava no Centro Educacional 03 de Sobradinho, minha mãe achou por bem nos colocar na mesma escola para podermos ir e voltar da escola juntas. E, por conta dessa interrupção do ano letivo, não cheguei a criar vínculos nem em uma escola nem na outra.

Para falar a verdade, nem da segunda série eu me lembro. Mas lembro que a terceira série, com a professora Valéria, foi o ano mais difícil comparando aos anteriores. A matemática começou a ficar mais pesada, o português mais cheio de regrinhas e ciências então? Nem se fale... Tantos nomes estranhos que tínhamos que decorar, tal como anfíbios, herbívoros, carnívoros, isso era muito complicado pra mim. Eu pensava que a gente entrava na escola apenas para aprender a ler e escrever, mas eu não sabia por que tínhamos que permanecer na escola por mais tantos anos. E foi na terceira série que eu descobri o porquê: aprender a ler e escrever é apenas a chave para chegar a tantos outros conhecimentos primordiais à nossa formação. Enfim, consegui ser aprovada na terceira série e, depois de estudar tantos nomes complicados e tantos significados, comecei a achar tudo aquilo muito fácil.

Fui para a quarta série e dessa série eu me lembro bem, foi uma das mais divertidas e interessantes. Nossa professora, a Ana Paula, era bem descontraída, daquele tipo de professor que dá a vida pela aprendizagem do aluno. E, como eu tinha conseguido aprender bastante na terceira série, a quarta ficou fácil. Participávamos de feiras de ciências de outras escolas. Montamos uma feira de ciências em nossa própria escola e lá fui escolhida juntamente com mais duas alunas como melhores alunas da escola para participar de um projeto de

computação patrocinado pela Fundação Ayrton Senna. O evento aconteceu em um hotel próximo ao Shopping Pátio Brasil e teve duração de cinco dias. Durante esses dias tínhamos palestras, oficinas, seminários, mesas redondas e ficávamos ali das oito da manhã até às dezoito horas da noite.

Quando o evento terminou, nós fomos convidadas para sermos monitoras das aulas de informática e isso é tudo o que me lembro da quarta série.

As séries seguintes foram as mais aguardadas. A necessidade de ter vários professores, de aprender coisas diferentes, me desafiavam.

Minha mãe sempre nos incentivava, dizia que o único tesouro que ela poderia nos deixar como herança eram os estudos, que sem eles nós não poderíamos ser nada. Debaixo dessas palavras eu pensava cada dia mais em estudar e poder dar uma vida melhor para ela e para os meus avós.

Apesar de ser uma excelente aluna, esforçada, responsável e interessada pelos estudos, sempre tive uma dificuldade muito grande com as Ciências Exatas. Matemática então, até hoje, é o meu ponto fraco e confesso que a partir da antiga quinta série a minha vida foi ficando mais difícil com relação a essa área de conhecimento. Lembro-me da minha irmã me ajudando a resolver os probleminhas dados como dever de casa, da minha mãe me obrigando a decorar a tabuada e dos professores ao lado da minha mesa me explicando aquilo que eu não tinha entendido. Porém, apesar das dificuldades, sempre conseguia passar com um sete, oito e mostrar para mim mesma que eu conseguia vencer minhas limitações.

Na oitava série, entrei determinada a ser outra vez uma das melhores alunas da escola. A ideia de estar cursando o último ano do ensino fundamental e a ansiedade pelo ensino médio me fizeram cursar aquele ano com toda a força de vontade que eu poderia ter, e aquela frase que minha mãe me dizia sempre ficava martelando na minha cabeça, que sem os estudos eu não conseguiria nada na vida. Fiz uma excelente oitava série, e como eu havia desejado, aconteceu: fui escolhida entre toda a oitava série como uma das melhores alunas da escola e fiquei responsável por escrever os agradecimentos da nossa colação de grau.

Enfim, cheguei ao Ensino Médio. Agora a história era outra, a vida de adulto estava mais próxima do que eu imaginava, eram tantos planos, tantos projetos... Eu pensava que nós parávamos de estudar no terceiro ano do Ensino Médio. Quando eu descobri que além daquilo existia muito mais, pensei que eu não ia ser capaz de alçar tão longe. Primeiro pela situação financeira da minha mãe, que ganhava apenas o salário mínimo e segundo pela minha falta de

ambição de pensar que quando eu terminasse o Ensino Médio eu poderia enfim trabalhar e ganhar o meu dinheiro.

Focada, no mercado de trabalho e no meu futuro, resolvi começar a estagiar. Porém, para isso, eu precisaria ter dezesseis anos completos, o que eu ainda não tinha. Por muito insistir na ideia de começar a trabalhar, e ter o meu dinheiro e poder ajudar em casa, minha tia, que ia entrar de férias do trabalho e precisava que alguém a substituísse. Meio receosa por eu ser menor de idade e inexperiente, resolveu me colocar em seu lugar durante esse período. Foi aí que comecei a estudar de manhã e a trabalhar no período da tarde em uma clínica de Angiologia.

Como sempre fui muito dedicada e responsável e o meu foco era me inserir no mercado de trabalho, até ali os meus planos estavam indo muito bem. Os médicos donos da clínica adoravam o meu desempenho, me achavam bem competente e eficiente. Duas semanas antes de o mês findar e da minha tia voltar a trabalhar, ela ligou para os doutores e avisou que infelizmente iria pedir demissão do trabalho, pois agora ela iria abrir uma loja de informática com o marido e não poderia ter nenhum dos turnos do seu dia ocupados. Confesso que fiquei bem feliz com a notícia, pois ali se abria uma oportunidade para que eu pudesse ter o meu primeiro emprego. Sem titubear, os doutores vieram conversar comigo e pedir que eu assumisse o lugar dela. Porém, tinha um detalhe que eles não sabiam, eu tinha apenas quinze anos e a minha carteira não poderia ser assinada; no começo isso foi um empecilho, mas depois eles resolveram que assinariam a minha carteira assim que eu completasse dezesseis anos.

Fui para casa feliz da vida, afinal eu ia conseguir o meu primeiro emprego. Minha mãe sempre foi muito batalhadora, foi ela quem bancou todo o Ensino Médio dela em uma escola particular com o dinheiro do seu próprio suor. Em seu tempo de escola, acordava quatro horas da manhã para ir trabalhar e só voltava meia noite. Então, trabalho para ela era o principal objetivo de vida de uma pessoa. Por isso, a importância que ela atribuía aos estudos. De acordo com ela, por meio deles é possível chegar ao emprego e como teoricamente eu ia conseguir chegar até o mercado de trabalho sem ter terminado os estudos, isso para ela já era uma realização.

Tomada de entusiasmo, em uma segunda-feira após a saída da minha tia da clínica, fui para o trabalho com a certeza de que naquele dia combinaria tudo certinho para ser finalmente contratada. Mas, juntamente com o entusiasmo, veio a decepção. Descobri que o turno no qual teria de trabalhar seria o período da manhã, período esse em que eu estudava. E, para

conseguir mudar esse turno, além de ser difícil, teria de ir para o noturno, no qual os professores não se empenham tanto e os alunos também não se interessam pela aprendizagem.

Fui para casa com um dilema na cabeça, o que seria mais importante para mim? Os meus estudos ou o meu suposto emprego?

Chegando em casa, fui direto conversar com a minha avó e com a minha mãe, e elas me perguntaram o que era melhor eu fazer, se era continuar naquele emprego pelo resto da minha vida, ou dar importância aos meus estudos e ser uma profissional bem sucedida? Foi aí que eu comecei a pensar as coisas, e resolvi deixar o meu tão sonhado primeiro emprego de lado e começar a me dedicar mais aos estudos.

No segundo ano do meu Ensino Médio, conheci uma pessoa mais do que especial, que mudou completamente a minha vida. Fez com que eu pensasse além do mundo limitado em que eu vivia e começasse a sonhar mais alto. O nome dele é Jorge, na época meu namorado e hoje meu marido. Ele me mostrou o que havia além do Ensino Médio, que a minha família não sabia para me ensinar. Mostrou que mais importante do que um emprego instantâneo eram os meus estudos, a continuidade da minha vida estudantil e uma melhor qualificação profissional.

Porém, mesmo depois de conhecer essa outra visão da vida, do futuro, a necessidade financeira falava mais alto, e a vontade de ter o meu dinheiro e ajudar em casa só crescia. Tentada pelas circunstâncias fui mais uma vez atrás de estágio. Consegui ser escolhida entre 10 meninas em uma entrevista de estágio para trabalhar em uma empresa que prestava serviços para o Centro Universitário de Brasília (CEUB) e comecei a estagiar das 16:00 às 22:00. Mais uma vez uma oportunidade de emprego surgiu, os donos da empresa queriam que eu trabalhasse com eles em período integral, me prometeram um excelente salário na época e benefícios bem promissores. Foi aí que mais uma vez me vi entre o mesmo dilema, o que escolher? Um emprego melhor do que o primeiro e com um salário razoável, que poderia até me ajudar a pagar a minha faculdade, ou optar pelos meus estudos e ingressar em uma universidade pública e renomada para uma melhor qualificação sem nenhum aperto financeiro?

Foi aí que o meu querido marido me ajudou a decidir o que seria melhor para mim, me incentivou a lutar pelos meus estudos e principalmente a sonhar mais alto. Minha família ficou bem animada com essa nova influência que eu havia encontrado e começaram a incentivar mais ainda a continuidade dos meus estudos.

Daí pra frente, comecei a fazer o meu Ensino Médio de verdade, tentei o PAS para entrar na Universidade de Brasília, tentei o vestibular do meio do terceiro ano, mas infelizmente terminei o terceiro ano e não fui aprovada na UnB.

Foi aí que bateu o desespero, e agora? O que fazer? Sem planos, sem dinheiro e sem rumo. Mas não estava tão sem rumo assim. Graças a Deus, eu sempre tive pessoas muito boas à minha volta, que me ajudaram, me apoiaram e me muniram financeiramente para que eu conseguisse alcançar esse novo sonho de entrar na UnB. O meu marido é a principal delas, me incentivou até o último segundo, dizendo que eu podia, que era capaz, que conseguiria e, além disso, teve a brilhante ideia de me matricular no ALUB, um cursinho preparatório para o vestibular. Minha mãe, sempre com muito esforço, disse que daria um jeito e que me ajudaria a fazer o cursinho e o meu querido avô custeou o cursinho durante um semestre inteiro para que eu conseguisse passar. Como a minha educação na rede pública de ensino foi bem deficiente, eu não tive uma boa base para conseguir com apenas um semestre de cursinho ser aprovada na UnB e, além disso, eu não fazia ideia de qual curso eu escolheria.

Minha sogra é professora da Secretaria de Educação, na verdade ela é uma excelente professora. Meu marido sempre me contou que foi ela juntamente com o meu sogro que alfabetizaram os filhos e deram a base para que eles se tornassem o que são hoje: pessoas bem sucedidas, funcionárias públicas e inteligentes. Vendo isso e sendo incentivada por ele a prestar vestibular para Pedagogia, resolvi apostar no curso, tendo em vista que adoro criança, tenho certa fascinação pelo processo de ensino-aprendizagem e admiro muito o trabalho da minha sogra.

E ali estava eu, mais um cursinho e mais um semestre de estudos para alcançar esse sonho. Meu marido, na época, só estagiava, mas mesmo assim pagou o semestre inteiro de cursinho, pois ele acreditava que eu seria aprovada. Às vezes acreditava até mais do que eu. Enfim, no total, foram três semestres suados de estudos, conflitos, medo, ansiedade e, por fim, alegria, realização e vitória por ter sido aprovada no segundo vestibular de dois mil e nove para o curso de Pedagogia. A felicidade era tão grande que eu não conseguia acreditar que era o meu nome que estava entre a lista de aprovados. Pulei, gritei e festejei com a minha família por um bom tempo. Afinal, depois de tanto esforço e tanto medo de não ter um futuro promissor, ali estava a minha oportunidade de ascensão profissional e de uma vida bem sucedida. A universidade é a porta para isso, e eu consegui passar pela porta.

Nos primeiros semestres tive excelentes professores, entre eles a professora Vera Freitas, de Ensino e Aprendizagem da Língua Materna. Com ela, por meio do livro *Educação*

em Língua Materna – A Sociolinguística em Sala de Aula, da professora Stella Maris Bortoni-Ricardo, atentei ao fato de que os alunos advindos de seus lugares de origem e carregados de seus dialetos são reprimidos e corrigidos de maneira incorreta dentro de sala de aula. Por diversas vezes na escola, quando eu ainda assumia o papel de aluna, presenciei professores corrigindo alunos que achavam que seus dialetos estavam corretos, estes por conta disso se frustravam na hora de ler um texto, ou de escrever uma redação, pois tinham medo da represaria e preferiam como forma de defesa se mostrar rebeldes e inquietos. Desta forma, me veio uma dúvida à cabeça: Será que tais alunos, quando reprimidos em sala de aula e expostos ao deboche, se revoltam com tal situação e se tornam um dos sujeitos promovedores da indisciplina? E foi com base nessa dúvida que resolvi nortear a minha monografia rumo à resposta dessa questão.

Portanto, me sinto feliz em poder, por meio da graduação, sanar as minhas dúvidas e lançá-las aos demais colegas através desta monografia, na tentativa de cada vez mais enriquecer o conhecimento acadêmico e promover discussões e questões a serem avaliadas pelos nossos futuros pedagogos e professores para um melhor funcionamento da educação brasileira.

O meu sonho de ter uma vida profissional bem sucedida, ter o meu emprego e ser uma excelente professora da Secretaria de Educação ainda está muito vivo. E foi pensando nele que fiz a minha graduação toda da melhor forma possível, me dediquei cada momento das minhas idas à universidade, ocupei todo o meu tempo disponível com excelentes disciplinas e optei por não pensar em emprego durante toda a minha graduação para que eu pudesse agora, no final do curso, orgulhar-me de meu excelente histórico. A cada SS eu atribuo muita responsabilidade, muita carga de conhecimento e uma certeza de que nada é impossível quando o assunto é educação. Com a continuidade dela, nós podemos ir longe e alcançar aquele tão desejado projeto de vida com o qual você inicialmente sem ter nenhuma maturidade tanto sonhava: ser um excelente profissional!

Parte II: Monografia

Justificativa

No meu terceiro semestre de graduação, a disciplina Ensino e Aprendizagem da Língua Materna norteou o meu curso. Essa matéria foi essencial para a escolha do meu projeto de pesquisa. Foi com ela que eu descobri que não existe só uma maneira de falar ou certo e errado, quando o assunto é a forma com que a pessoa se expressa, fala e se comunica. Aprendi que discriminarmos, mesmo que com simples gestos ou palavras, crianças que são acostumadas com seus dialetos, ou seja, com suas línguas maternas, é sim uma forma de preconceito e que isso pode influenciar de uma forma decisória o futuro daquela criança.

Movida por essa disciplina e pelo que aprendi, surgiu a curiosidade de entender se a indisciplina dentro da sala de aula é motivada por esse preconceito. Se as crianças, quando discriminadas, corrigidas de forma brusca e arrogante, sentem-se desconfortáveis com o ambiente escolar e resolvem se revoltar, respondendo a professora, tratando mal os colegas, ou seja, tornando-se um dos sujeitos promovedores da indisciplina. A partir daí, comecei a pensar bastante sobre o assunto, fiz a minha graduação até aqui pensando em como poderia descobrir se isso era ou não um dos agravantes da indisciplina na sala de aula.

Tendo como base os meus questionamentos como pesquisadora e minhas experiências com relação ao assunto, me proponho a realizar esta monografia, que tem como objetivo investigar e analisar o preconceito linguístico como um agravante no processo da contenção da indisciplina em uma turma de quarto ano, as causas e as consequências das situações que envolve o preconceito bem como os sujeitos provocadores e os provocados.

Pergunta de Pesquisa

Eventos de preconceito linguístico podem ser considerados agravantes da indisciplina em sala de aula?

Objetivos

- Objetivo geral:

Analisar se o preconceito linguístico é um agravante do clima disciplinar negativo em uma turma de quarto ano: as causas e as consequências das situações que o envolvem, bem como os sujeitos provocadores e os provocados.

- Objetivos específicos:

- 1 – Identificar as situações em que ocorre indisciplina na escola;
- 2 – Identificar se o preconceito linguístico entre as crianças é um agravante da desarmonia no cotidiano escolar.
- 3 – Conhecer os sujeitos provocadores e os sujeitos afetados pelo preconceito linguístico.
- 4 – Observar ações e reações da professora regente com a questão do preconceito linguístico.
- 5 – Observar o que é feito para conter a indisciplina no cotidiano escolar.

Asserções

Asserções do objetivo geral:

No convívio em sala de aula, os alunos se depararão com certos dialetos falados pelos outros colegas de classe, e isso acarretará reações positivas ou negativas dos alunos agentes e os sofreadores do ato preconceituoso, o que influenciará na harmonia do cotidiano escolar. Tais eventos preconceituosos se mostrarão cada vez mais como sendo um dos agravantes da indisciplina na sala de aula.

Asserções dos objetivos específicos:

- 1 – A indisciplina também se dá por meio de ações que incomodam o agente receptivo da agressão verbal no tocante ao seu dialeto ou através da reação do agente provocador com relação a este dialeto.

2 – O preconceito linguístico se dá por meio do choque de dialetos enfrentados pelos alunos no cotidiano escolar, o que prejudica o respeito mútuo e a convivência harmoniosa.

3 – Os sujeitos provocadores são aqueles que se julgam detentores do domínio da língua, se achando assim no direito de corrigir de forma grosseira ou até mesmo de ofender os sujeitos afetados. Já os sujeitos afetados são aqueles que apresentam em sua fala um forte regionalismo demonstrando que seu dialeto é diferente do dialeto dos demais, o que causa indisciplina entre tais sujeitos e afeta o ambiente de sala de aula.

4 – A professora regente ora se mostrou neutra quanto ao controle da sala, ora manifestou-se intervindo na situação.

5 – A indisciplina no cotidiano escolar é contida através de impaciências, punições tais como advertências e suspensões.

Capítulo I

1-Indisciplina – sua conceituação e suas causas

Pesquisadores como, Fontes (2005), Foucault (1998), Franchi (1984), Tiba (1996), entre muitos outros, nos levam a uma conclusão mais concreta sobre os indisciplinados.

Tiba (1996) e Franchi (1984), por exemplo, deixam a entender que criar filhos é fácil, difícil é educá-los. Ou seja, esses mesmos autores defendem a importância da família no cotidiano escolar, sendo esse acompanhamento imprescindível para o bom desempenho do educando e para a formação de um caráter desejável pela sociedade.

Fontes (2005) explica que o grupo, enquanto conjunto estruturado de pessoas, também tem uma enorme importância nos processos de socialização e de aprendizagem dos indivíduos. A sua influência acaba por ser decisiva para explicar certos comportamentos que são resultados de processos de imitação de outros membros do grupo.

Numa sociedade em que os grupos familiares estão desagregados, o seu espaço é cada vez mais preenchido por estes grupos formados a partir de interesses e motivações muito diversas. Ele argumenta ainda que a motivação é um dos fatores fundamentais da aprendizagem. Segundo ele, os programas devem ser próximos da realidade vivenciada pelos alunos e com temas agradáveis, nos quais os alunos possam se sentir à vontade para se expressar e para desenvolver suas habilidades. Tudo o que não passe por isto, segundo o autor, é inútil e só pode conduzir a situações de frustração e desmotivação, potenciando assim situações de crescente indisciplina.

Os pais e educandos precisam entender que os limites estão assegurados quando esses se implicam mutuamente. A disciplina é construída num processo persistente de ações educativas que levam à aprendizagem. Ela caracteriza-se por um fato complexo que atinge todas as camadas da sociedade e que se origina em diversos componentes tais como, de ordem familiar, social, pessoal e escolar. Deste modo, procuraremos entender o que é efetivamente indisciplina e quais as suas causas.

1.1-A conceituação da (In) disciplina

Para entender como o preconceito linguístico relaciona-se com a indisciplina é necessário que se busque o conceito de indisciplina e considere que esta vai além do espaço físico da sala de aula.

Desta forma, é preciso tirar o foco da indisciplina e ater-se à definição de disciplina. O que é disciplina? Por que ela é tão importante?

Se retirado o sufixo da palavra indisciplina, encontrar-se-á a palavra que se objetiva conceituar: disciplina. Percebe-se que ambas estão ligadas pelos seus significados. Segundo Aurélio (2001, p. 339): “Disciplina é o regime de ordem imposta ou mesmo consentida; ordem que convém ao bom funcionamento de uma organização; relações de subordinação do aluno ao mestre; ou submissão a um regulamento”.

Se levado em consideração o conceito acima, perceber-se-á que, para que se mantenha tal organização, é necessário utilizar-se de alguns instrumentos, tais como a subordinação e a submissão. No entanto, no ambiente educacional, nota-se que tais instrumentos muitas vezes são utilizados de maneira incorreta, não sendo eles aceitos ou compreendidos tanto pelo mestre frente ao aluno como pelo aluno frente ao mestre e aos regulamentos que fundamentam a atuação do mestre.

Para Foucault (1998), um estudioso do comportamento humano:

A disciplina é uma técnica de exercício de poder, não inteiramente inventada, mas elaborada em seus princípios fundamentais durante o século XVIII. Historicamente, as disciplinas existem há muito tempo na Idade Média e mesmo na Antiguidade. Os mecanismos disciplinares são, portanto, antigos, mas existiam em estado isolado, fragmentado, até os séculos XVII e XVIII, quando o poder disciplinar foi aperfeiçoado como uma nova técnica de gestão dos homens.

(FOUCAULT, 1998, p. 105)

Segundo tal autor, o bom funcionamento da disciplina se deve a um olhar hierárquico, que coloca a pessoa que governa, que manda e que possui certo poder em uma posição onde a sanção normatizadora por ela elaborada põe ordem nos indivíduos, atribuindo classificações, punições e qualificações aos membros de determinado grupo.

No campo da educação, Foucault completa:

Não se pode identificar com uma instituição nem com um aparelho, ela é realmente um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto

de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos, ela é uma “física” ou uma “anatomia” do poder, uma tecnologia.

(FOUCAULT 1997, p. 189)

Ele defende uma sociedade mais justa e democrática, onde o poder não esteja centralizado e sim democratizado, daí o seu interesse em esclarecer aspectos relacionados à indisciplina, o controle da disciplina e a sua manutenção para que o mau funcionamento de todo esse processo não acarrete em uma exclusão social.

Para Antunes (2002), a palavra disciplina, quando analisada no contexto escolar, denota uma ideia de educar, instruir, aplicar e fundamentar princípios morais. Seu antônimo é a desordem, a confusão ou a negação da ordem.

Outra autora que trata da questão é Rebelo, que traz em sua obra a seguinte definição:

Indisciplina é uma situação que surge a partir da dificuldade da ausência de infraestrutura, baixa renda familiar, presença de subempregos, falta de segurança, índice preocupante de violência física, precariedade dos serviços públicos, baixo grau de instrução e difícil acesso às diversas formas de lazer e cultura.

(REBELO, 2002, p. 24).

Para Aquino indisciplina pode ser definida como: “Todo ato ou dito contrário à disciplina que leva à desordem, à desobediência, à rebelião [...] é tudo oposto ao regime de ordem imposta ou livremente consentida que convém ao funcionamento de uma organização” (1996, p. 73).

Considerando que, conforme citado acima, disciplina é o antônimo de indisciplina, e levando em consideração todos os conceitos citados, pode-se afirmar que indisciplina é a falta de disciplina. Se tais conceitos levam a crer que disciplina remete ao controle e à organização, indisciplina seria a desordem e o descontrole. Esse tema se torna complexo, pois envolve um processo amplo e diverso, em que vários fatores podem ser apontados.

1.2-Indisciplina escolar e suas causas

Assim como se partiu do conceito de indisciplina para, a partir deste, destrinchar o questionamento proposto, partir-se-á também do conceito de causa.

Segundo o dicionário Aurélio, causa é “aquilo ou aquele que determina um acontecimento ou a razão ou motivo que determina alguma situação”.

Desta forma, torna-se necessário considerar que a indisciplina, por si só, não existe. Para que ela se mantenha até os dias atuais, existem causas que levam a indisciplina a se manter por tanto tempo.

Para Fontes (2005), as causas da indisciplina podem estar relacionadas a quatro principais pilares que, quando não estruturados, fazem com que a indisciplina se firme. São eles o familiar, o social, o pessoal e o educacional.

1.2.1- Familiar

Sobre o primeiro grande pilar, a família, autores tais como: Tiba (1996), Bortoni-Ricardo (2005), Ariès (1981) e Franchi (1984), nos levam a considerar a dificuldade existente no processo de educação dos filhos, processo esse que envolve todo um relacionamento familiar. Ou seja, tais autores defendem a importância da família na formação do indivíduo, para que esse tenha um bom caráter e possa se inserir na sociedade, ajudando assim a promover a organização social e o bem comum.

É na família que os alunos adquirem os modelos de comportamento que exteriorizam nas salas de aula. De acordo com Tiba (1996, p.15) “os pais precisam ser um exemplo para seus filhos, na sua maneira de falar e agir, pois é através da convivência que as crianças aprendem a se comportar em sociedade”. O autor afirma: “a maioria dos comportamentos infantis é aprendida por meio da imitação, da experimentação e da invenção”. Por essa razão, acredita-se que a desestrutura da família, a inversão de valores e limites, bem como a situação econômica devem ser vistos como fortes motivos para fazer do aluno um sujeito indisciplinado.

Porém, as famílias do século XXI estão cada vez mais distantes e menos parecidas com as famílias dos séculos passados, quando o assunto é estrutura familiar.

Ariès (1981), um importante historiador e medievalista francês, demonstra, através de exemplos citados em sua obra, que as famílias do século XVI, por exemplo, eram retratadas de forma que deixassem em evidência a hierarquização predominante naquela época, em que os papéis dos “personagens” que compunham a família eram fielmente determinados, onde os homens eram vistos como os chefes da casa, a mulher como a cuidadora e educadora dos

filhos e os filhos assumiam um papel de submissão. Ele cita a seguinte contribuição que defende tal pensamento:

[...] os retratos do marido e da mulher se acham reunidos na mesma tela como o retrato dos Van Gindertaelen atribuído a Pourbus, em que o casal é representado junto com seus filhinhos. O marido traz uma das mãos no quadril e apoia a outra no ombro da mulher. As duas crianças brincam a seus pés. A data é de 1559.

(ARIÈS, 1981, p. 31)

O autor deixa subentendido que esta forma de retratar a família mostrava a hierarquização em que ela era firmada. Quando o marido colocava uma das mãos na cintura e a outra no ombro da mulher demonstrava certa superioridade sobre ela, e quando as crianças são retratadas brincando a seus pés demonstrava que estas estavam sob a autoridade dos pais.

Tendo como base tais contribuições de Ariès e trazendo a história da família para a modernidade, veremos uma família bem diferente.

Giddens (1991, p.3) nos traz a seguinte contribuição a respeito da modernidade:

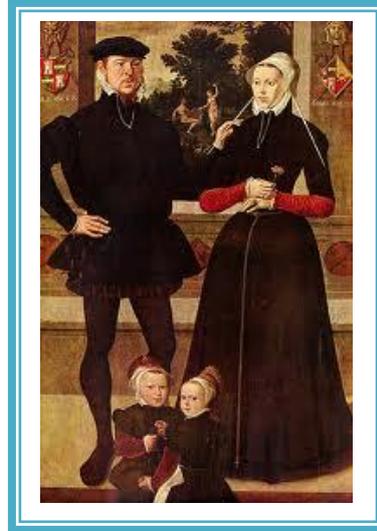
A ideia de que a história é marcada por certas “descontinuidades” e não tem uma forma homogênea de desenvolvimento é obviamente familiar e tem sido enfatizada em muitas versões do marxismo. Meu uso do termo não tem conexão particular com o materialismo histórico, contudo, e não está dirigido para a caracterização da história humana como um todo. Existem indiscutivelmente descontinuidades em várias fases do desenvolvimento histórico – como, por exemplo, nos pontos de transição entre sociedades tribais e emergência de estados agrários. Não estou preocupado com estas. O que quero sublinhar é aquela descontinuidade específica, ou conjunto de descontinuidades, associados ao período moderno.

Os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não têm precedentes. Tanto em sua extensionalidade quanto em sua intencionalidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudança característicos dos períodos precedentes.

(GIDDENS, 1991,p.3)

Através do exemplo dado por Ariès e a contribuição de Giddens, podem-se destacar as inúmeras mudanças que a figura da família vem sofrendo no decorrer dos séculos por conta da modernidade.

Se juntado o retrato de tal família desenhada no quadro citado por Ariès e o que Giddens escreveu a respeito da modernidade, seria possível montar outra figura que retratasse como a família é atualmente e as duas figuras seriam exatamente assim:



(Figura 1: Família do século XVI – O retrato de Van Gindertaelen)



(Figura II – Família do Século XXI)

A figura II nos mostra que a modernidade, a tecnologia e muitas vezes a falta de tempo têm tomado das famílias aquela singularidade de “porto seguro” onde a responsabilidade dos pais era cuidar dos filhos e manter a família, e a dos filhos era se preparar para assumir o papel que os pais e a sociedade a eles designassem.

Remetendo-nos aos dias atuais, é possível observar que a carga excessiva de trabalho dos pais ou até mesmo a falta de dinheiro para manter a família, a falta de tempo para acompanhar os filhos, a falta de identidade dos membros da família, onde a mãe não assume mais o papel de “rainha do lar” e o pai não sabe mais qual papel deva assumir podem ser vistos como

possíveis causadores de conflitos e problemas. Os filhos e a escola não encontram mais nos pais apoio, o que faz com que desestabilize o desenvolvimento da criança.

É possível, através das contribuições dos autores e das figuras citados acima, buscar no cotidiano escolar exemplos que confirmem tais afirmações. Um exemplo clássico que pode ser citado ocorre quando os pais dos alunos são chamados à sala de aula para uma conversa sobre comportamento e alguns pais se mostram desinteressados ou até mesmo sem tempo e não comparecem às reuniões. Esse tipo de comportamento reforça na cabeça do aluno que providências nunca serão tomadas contra suas negativas atuações, ou até mesmo incentiva a criança a comportar-se de maneira rebelde e inconsequente dando espaço para a indisciplina.

Stella Maris Bortoni –Ricardo publicou em seu site a seguinte contribuição a respeito do papel dos pais na educação dos filhos:

E qual é o papel dos pais no processo pedagógico de seus filhos? Em termos legais, convém ressaltar que a Lei Federal nº 9.394, de 201296, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, conhecida como Lei Darcy Ribeiro, estabelece que a “educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Os pais não podem interferir na aula do professor, desde que essa esteja de acordo com a proposta pedagógica da escola e esteja voltada para o mundo do Saber, mas podem sugerir a supressão de ações inócuas. Os pais devem verificar em que medida os professores levam seus alunos a pensar no cosmo como um desafio à nossa compreensão, a pensar na política como uma construção democrática e igualitária, a pensar na arte de forma a torná-los mais sensíveis à poesia e à música.

Os pais deveriam, também, analisar, até que ponto, as escolas estão seguindo os Parâmetros Curriculares, que propõem, ao final do ensino fundamental, que os alunos sejam capazes, entre outros, de:

- compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;

(Acesso em: www.stellabortoni.com.br)

Ou seja, podemos inferir da citação que os pais têm um papel de suma importância na educação dos filhos e para que se obtenha sucesso nessa educação, sua atuação juntamente com a escola é fundamental. Segue abaixo uma figura de Ron Clark, Elaine Bueno, Tânia

Zegury e Maria Alice Nogueira retirada do site da professora Doutora Stella Maris Bortoni – Ricardo com algumas orientações aos pais.



O que pais e escolas podem - e devem - fazer para evitar conflitos

Pais		Escolas
Informe-se sobre a linha pedagógica da escola em que seu filho estuda - ou estudará: isso evita mal-entendidos e frustrações	Filosofia de ensino: como evitar mal-entendidos	Esclareça aos pais, desde o ato da matrícula da criança, quais as diretrizes de ensino utilizadas pela instituição
Problemas familiares ou de saúde podem interferir no desempenho escolar da criança: sempre que possível, comunique-os à escola	Relação pais-professores: é preciso ir além do superficial	Procure se aproximar da família do aluno e indague sobre eventuais problemas que ele enfrenta
Diante de notas baixas ou reclamações de mau comportamento de seu filho, ouça a escola antes de fazer uma defesa cega da criança	Boas e más notícias: como lidar com elas	Informe os pais quando o aluno tem boas notas e comportamento adequado: isso estabelecerá a confiança necessária à tarefa de transmitir más notícias
Não desqualifique o professor diante de seu filho ou ele perderá o respeito pelo mestre: em caso de insatisfação, procure a escola	Respeito mútuo: como manter e alimentar	Não desmereça as ordens e ensinamentos dos pais diante dos alunos: se necessário, convide-os a visitar a escola para uma conversa
Se não puder comparecer aos encontros propostos pela escola, procure a coordenação em um horário que lhe seja conveniente	Comunicação efetiva: é preciso ser flexível	Marque reuniões com os pais em horários oportunos, pois a maioria trabalha o dia todo; estabeleça canais alternativos de comunicação, como e-mail e redes sociais

**Fontes: Ron Clark, Elaine Bueno, Tânia Zagury e Maria Alice Nogueira*

(Figura III: A família e a Escola)

1.2.2-Social

No dicionário Aurélio virtual, a palavra sociedade é conceituada como sendo: “*Reunião de homens, de animais, que vivem em grupos organizados; corpo social./ Conjunto de membros de uma coletividade, sujeitos às mesmas leis [...]*”.

Em suma, para Aurélio, a palavra sociedade está ligada a grupo. Desta forma, é possível vincular tal definição às contribuições de Fontes.

Fontes (2005, p. 101) explica que o grupo, enquanto conjunto estruturado de pessoas, tem grande importância no processo de socialização e de aprendizagem dos indivíduos. A sua influência acaba por ser decisiva para explicar certos comportamentos que os indivíduos demonstram e que são resultados de processos de imitação de outros membros do grupo. Certas manifestações de indisciplina não passam muitas vezes de meras manifestações públicas de identificação com modelos de comportamento característicos de certos grupos. Através delas, os indivíduos procuram obter a segurança e a força que lhes é dada pelos respectivos grupos, adquirindo certo prestígio no seio da comunidade escolar. Nada que qualquer professor não conheça. A turma também é grupo, e é tão forte que às vezes faz “desaparecer” todos os outros grupos aos quais os alunos se encontram ligados dentro e fora da escola. Numa sociedade em que os grupos familiares estão desagregados, o seu espaço é cada vez mais preenchido por estes grupos formados a partir de interesses e motivações muito diversas.

Desta forma, segundo Fontes, o indivíduo para se manter dentro de determinado grupo e obter certo grau de importância nele, se expõe de maneira errônea aos demais no ambiente escolar com o intuito de se promover e parecer interessante e corajoso quando enfrenta os professores e demais funcionários da comunidade escolar.

1.2.3-Pessoal

Para melhor entender o conceito de pessoal, conceito esse que remete à natureza da pessoa humana, suas transformações interiores e suas formas de ver o mundo, Pereira e Jobim Souza dizem:

A criança contém em germe a experiência – essencial ao homem – do seu desajustamento em relação ao mundo, enfim, a experiência de sua não-soberania. A

incapacidade infantil de não entender certas palavras e manusear os objetos dando-lhes usos e significados ainda não fixados pela cultura nos faz lembrar que tanto os objetos como as palavras estão no mundo para ser permanentemente ressignificados por nossas ações. Palavras e objetos, por serem criações humanas, não são fixos nem imutáveis. A infância, portanto, pode ser vista alegoricamente como elemento capaz de desencantar (ou reencantar) o mundo da razão instrumental, trazendo à tona a crítica do progresso e da temporalidade linear do século das luzes. Porém, mais do que tudo isso, a criança, na sua fragilidade, aponta ao adulto verdades que ele já não consegue ouvir ou enxergar.

Quando a criança experimenta o momento de criação da linguagem, ela atualiza, nessa passagem da natureza para a cultura, seu potencial expressivo e criativo, e inicia um diálogo mais profundo entre os limites do conhecimento e da verdade nas relações entre as pessoas. O mundo em que a criança vive suas relações com o outro é um claro-escuro de verdade e engano. Nesse mundo, a verdade não é dada, não está acabada, impressa de forma imutável na consciência humana; a verdade é algo que se faz constantemente nas relações sociais e por meio delas. A linguagem é o local de produção de sentidos e o ponto para o qual jogo, criatividade e pensamento crítico convergem. Portanto, o sentido plural da palavra é o caminho para o resgate da criança e do adulto como sujeitos da história.

(Jobim e Souza 1994)

Sendo assim, infere-se da citação que a criança enquanto sujeito pertencente do mundo é dotado de significados e particularidades que devem ser reconhecidos para depois serem trabalhados, seja por si mesma, ou pelos seus pais e professores (principais sujeitos de sua formação cognitiva e de suas personalidades).

De acordo com Jobim e Souza, para a criança é muito difícil lidar consigo mesma e a sociedade em que vivemos torna isso cada vez mais difícil. Sobre isso Jobim e Souza relatam:

Criança pequena com agenda lotada. A televisão que se torna babá. Os pais ausentes. Carinho transformado em objeto. O tamagoshi e a afetividade objetificada. Erotização da infância. Sexualidade. Publicidade. Cultura do consumo. O outdoor anuncia: “Xtrim. Pra quem tem, beijinho, beijinho, beijinho. Pra quem não tem, tchau, tchau!”. Individualismo desencadeado pela ausência do outro. Apagamento da relação de alteridade. Criança sozinha. Criança que manda nos pais. Esses são apenas alguns dos fragmentos que compõem o contexto da infância contemporânea, dentre os quais destacamos a ruptura do contato e do diálogo entre adultos e crianças como uma questão que precisa ser analisada com maior profundidade.

No contexto dessas indagações, a questão da alteridade ressurge, porém baseada em outros parâmetros, talvez sob a forma da cumplicidade de toda uma geração que

escapa aos cuidados do adulto e que já não se inquieta em se tornar adulta, assumindo o destino de uma adolescência sem fim e sem finalidade, que se torna autônoma para ela mesma, sem dar atenção ao “outro” eventualmente violenta contra o “outro”, contra o adulto que ela já não enxerga como ascendente (Baudrillard 1995). Sim, os filhos já não se reconhecem como continuidade da história dos pais, tornaram-se estranhos na própria casa. Descoberta pelo mercado, a criança vive o paradoxo de ser, ao mesmo tempo, consumidora e objeto de consumo. Sua face passa a ser rótulo até mesmo para produtos que não se destinam a ela. Transformada por nós, sem qualquer piedade ou indignação, em mercadoria de uma época, a criança contemporânea tem como destino flutuar erraticamente, assim, a compartilhar entre si suas experiências mais frequentes, as quais se limitam, na maioria das vezes, ao contato com o outro televisivo, remoto, virtual e maquínico.

(Jobim e Souza 1997)

É necessário conhecer o universo infantil para que seja mapeado o perfil de cada criança e esse processo de conhecimento de si e do outro venha se tornar mais fácil. Porém, para que isso ocorra, o diálogo é essencial. Sobre isso Jobim e Souza discorrem:

O hiato que a falta desse diálogo representa também precisa ser pensado do ponto de vista da produção do conhecimento acerca da infância. Se a criança passa a ser reconhecida como sujeito na época moderna e ganha um novo status sendo valorizada na sua capacidade de constituir diálogo, a ausência do interlocutor adulto faz com que ela seja condenada a um monólogo cujo desdobramento é a formação do “gueto da infância”. A reconstituição desse diálogo é um desafio posto para os “especialistas da infância”.

(Jobim e Souza 2001)

1.2.4-Escolar

Já no âmbito escolar, temos em www.stellabortoni.com.br que:

O acolhimento e a socialização dos alunos nas escolas pressupõem a interação entre a equipe escolar, alunos, pais e outros agentes educativos, o que possibilita a construção de projetos que visem à melhor e mais completa formação do aluno. A separação entre escola e comunidade fica demarcada pelo autoritarismo e não pela realização de um projeto comum. A ampla gama de conhecimentos construídos no ambiente escolar ganha sentido quando há interação contínua e permanente entre o saber escolar e os demais saberes, entre o que o aluno aprende na escola e o que ele

traz para a escola. O relacionamento contínuo e flexível com a comunidade favorece a compreensão dos fatores políticos, sociais, culturais e psicológicos que se expressam no ambiente escolar.

Somente na interação, no diálogo e no respeito às individualidades, encontrar-se-á aprendizagem. Hoje, mais do que nunca é preciso ensinar nosso aluno a aprender e isto significa: ensinar a pensar, a resolver, a inferir, a deduzir, a relacionar, a extrapolar, a reconhecer, a se posicionar, a ter senso crítico, a refletir, a julgar e a argumentar.

(Acesso em: www.stellabortoni.com.br)

Tal citação leva a crer que a educação de um aluno deve ser baseada também em diálogo, em compreensão. Deste modo, de acordo com o texto acima, a indisciplina nesse âmbito é decorrente do desinteresse que muitas vezes pode ser evitado com um pouco mais de carinho, atenção e aulas mais interessantes. Sobre isso ela traz a seguinte contribuição:

Mas a escola pode ser interessante, desafiadora, atraente, desde que nela se construa algo que nunca nenhuma tecnologia do mundo irá suplantar: o diálogo, a contação de história, o interesse verdadeiro pelo aluno e por suas peculiaridades, o espaço para que esse aluno possa falar de sua cultura, dizer o que sente, dar e receber carinho e atenção, a participação efetiva desse aluno no processo de aprendizagem, como deixá-lo cantar, dançar, representar, criar poesias, montar um jornal, uma peça teatral, participar de jogos, passeios a museus e recitais, entre outros.

Os professores precisam ser orientados a construir aulas interacionais em que haja realmente integração com os alunos, levando-os a refletir, a desenvolver proficiência na leitura de texto e de mundo de forma a torná-los produtores textuais competentes e como consequência disso tudo mostrar a eles que são capazes de construir cultura! (Acesso em: www.stellabortoni.com.br)

Daí a importância de se manter um ambiente agradável para que a criança se sinta mais a vontade e menos revoltada. O ambiente em que ela está inserida também influencia e muito no processo de aprendizagem e no comportamento da mesma. Por essas e outras razões é notável através dos trechos dos autores citados acima que o ambiente escolar também pode ser considerado uma das causas da indisciplina.

Capítulo II

2-Preconceito Linguístico – Um fator isolado da indisciplina

Como esta monografia tem como objetivo principal investigar e analisar o preconceito linguístico como um agravante do clima disciplinar negativo em uma turma de quarto ano: as causas e as consequências das situações que o envolvem, bem como os sujeitos provocadores e os provocados, buscar-se-á entender o que é o preconceito. Após tal conceituação será possível então compreender o conceito de preconceito linguístico e como ele se manifesta dentro da sala de aula no cotidiano escolar.

2.1-Preconceito

Preconceito, segundo o Dicionário Aurélio (2001, p. 551), é uma ideia pré-concebida; suspeita, intolerância aversão a outras raças, credos, religiões etc.

Pode-se considerar preconceito como sendo uma palavra um tanto quanto complexa. Palavra essa que denota vários significados e visões com relação à sua conceituação e que não está vinculada apenas à raça, à credos, religiões, ou a opção sexual de alguém. Ela está inserida em um universo repleto de pessoas singulares que por conviverem em sociedade assumem um papel observador e crítico o que faz com que o preconceito esteja presente em cada situação do dia-a-dia.

2.2-Variação linguística e o preconceito linguístico

Bortoni-Ricardo (2009, p. 25), uma das grandes sociolinguistas brasileiras, acredita que a língua portuguesa brasileira é repleta de variações linguísticas, variações essas que podem ser notadas não somente em âmbito regional, mas também em qualquer outro domínio social. Sobre isso, ela discorre:

Na sala de aula, como em qualquer outro domínio social, encontramos grande variação no uso da língua, mesmo na linguagem da professora que, por exercer um papel social de ascendência sobre seus alunos, está submetida a regras mais rigorosas no seu comportamento verbal e não verbal. O que estamos querendo dizer é que, em todos os domínios sociais, há regras que determinam as ações que ali são realizadas. Essas regras podem estar documentadas e registradas, como nos casos de

um tribunal do júri ou de um culto religioso ou podem ser apenas parte da tradição cultural não documentada. Em um ou outro caso, porém, sempre haverá variação de linguagem nos domínios sociais. O grau dessa variação será maior em alguns domínios do que em outros. Por exemplo, no domínio do lar ou das atividades de lazer, observamos mais variações linguísticas do que na escola ou na igreja. Mas em todos eles há variação, porque a variação é inerente à própria comunidade linguística.

(Bortoni-Ricardo, 2009, p. 25)

Sendo assim, cada domínio social é formado por indivíduos que dotados de individualidades se expressam e se comunicam de acordo com regras pré-determinadas para cada domínio social. No domínio da escola, que é o elemento principal dessa pesquisa também não seria diferente, cada aluno possui suas peculiaridades e sua carga cultural.

Bortoni-Ricardo (2005, p.170) discorre também sobre o assunto dizendo que a habilidade de expressar do aluno/falante é “parte de sua competência comunicativa, isto é, do conhecimento que lhe permite comunicar-se adequadamente em sua comunidade e na escola e, distinguir o que é apropriado do que é inapropriado em determinada interação”. Ela ainda explica que “as regras de comunicação são internalizadas e acionadas através de mecanismos inconscientes. Em toda interação verbal, cada participante é capaz de ajustar-se às expectativas de seu interlocutor ou a outras convenções determinadas pela cultura vigente”.

Assim como os fatores citados acima são relevantes, faz-se necessário também argumentar que a classe social em que o sujeito está inserido determina sua posição diante da sociedade. Do contato com o mundo letrado virá a aceitação social.

Sobre isso, Bonamino, Alves e Franco (2010, p. 487 e 488), explicam:

No transcorrer da primeira metade do século XX, a visão predominante atribuída à escolarização papel central na construção de uma nova sociedade, justa, aberta e democrática, na qual o acesso à escola pública e gratuita garantiria a igualdade de oportunidades. Segundo essa visão, os “indivíduos competiriam dentro do sistema de ensino, em condições iguais, e aqueles que se destacassem por seus dons individuais seriam levados, por uma questão de justiça, a avançar em suas carreiras escolares e, posteriormente, a ocupar as posições superiores na hierarquia social” (Nogueira & Nogueira, 2002, p. 16).

Foi, entretanto, no contexto da democratização do acesso à escola e do prolongamento da escolaridade obrigatória que se tornou evidente o problema das desigualdades de escolarização entre os grupos sociais.

O otimismo marcante do período anterior foi substituído por uma postura mais pessimista, embasada pela divulgação de uma série de surveys educacionais que mostravam a influência da origem social nos resultados escolares. O Relatório Coleman¹ (1966) constitui um marco na ruptura com a visão otimista de construção de uma sociedade igualitária pela via da educação para todos.

Além disso, as inúmeras frustrações com o caráter autoritário e elitista do sistema educacional e com o baixo retorno econômico e social decorrente da posse de diplomas de determinados cursos tornaram “imperativo reconhecer que o desempenho escolar não dependia, tão simplesmente, dos dons individuais, mas da origem social dos alunos” (Coleman, 1966, p. 16).

Em particular, os estudos de Bourdieu acentuaram que a origem social dos alunos leva às desigualdades escolares e, mais ainda, que as desigualdades escolares reproduzem o sistema objetivo de posições e de dominação.

Bourdieu e Coleman introduziram o conceito de capital na análise social para referir-se não apenas à sua forma econômica, mas também à sua forma cultural e social. O termo da área econômica “capital” foi utilizado por esses sociólogos no estudo das desigualdades escolares como referência das vantagens culturais e sociais que indivíduos ou famílias mobilizam e, via de regra, os conduzem a um nível socioeconômico mais elevado. A problemática que leva Bourdieu e Coleman a uma concepção ampliada do conceito de capital repousa fundamentalmente sobre evidências empíricas que apontam as limitações do conceito de capital econômico para explicar plenamente a relação entre origem socioeconômica e resultados educacionais, levando esses sociólogos a considerar que outras formas de capital, tais como o capital social e o cultural, contribuem e interagem diretamente com o capital econômico para fortalecer essa relação.

(Bonamino, Alves e Franco, 2010, p. 487 e 488)

Sendo assim, infere-se da contribuição dos autores que a situação financeira da família e como a família lida com isso influencia no processo de aprendizagem do aluno. Bonamino, Alves e Franco (2010, p. 497) ainda argumentam que:

[...] os efeitos mais ilustrativos da potencialidade desse tipo de análise para a compreensão da mobilização de capital social baseado na família são os relacionados com “Alta posse de bens/Baixa posse de recursos educacionais familiares” e “Baixa posse de bens/Alta posse de recursos educacionais familiares”. O primeiro arranjo permite concluir que, apesar de as famílias possuírem alto capital econômico, este não é disponibilizado na forma de recursos educacionais para apoiar a escolarização dos filhos. Nesse grupo, os estudantes têm, em média, desempenho

abaixo da média geral (401 e 407, respectivamente), indicando baixa mobilização de capital social familiar.

Em contraste, o alto grau de mobilização de capital social identificado pelo segundo arranjo mostra que, a despeito de as famílias deterem baixo capital econômico, disponibilizam para seus filhos recursos educacionais que redundam em um desempenho acima da média geral (411 e 407, respectivamente).

Os achados deste estudo corroboram a ideia de que, em países com características socioeconômicas semelhantes às do Brasil, o capital social baseado na família é relevante para a vida e a aprendizagem escolar dos filhos.

(Bonamino, Alves e Franco, 2010, p. 497)

Bortoni-Ricardo (2009, p. 48) traz a seguinte contribuição a respeito de status econômico:

As diferenças de status socioeconômicos representam desigualdade na distribuição de bens materiais e de bens culturais, o que se reflete em diferenças sociolinguísticas. Entre os bens culturais, ressalte-se a inclusão digital. O acesso ao computador e à internet está claramente associado ao status econômico.

Este fator é muito relevante, considerando que, em nosso país, a distribuição de renda é muito desigual.

(Bortoni-Ricardo, 2009, p. 48)

Ou seja, o nível social em que o indivíduo está inserido também influencia sua maneira de falar e contribui para uma maior ou menor variação linguística.

Alckmin (2001) esclarece que a avaliação social das variedades linguísticas é um fato observável em qualquer comunidade da fala. Frequentemente ouve-se falar em línguas “simples”, “inferiores” ou “primitivas”. Para a Linguística, esse tipo de afirmação carece de fundamento científico. Pode-se entender que toda língua é adequada à comunidade que a utiliza e é também um sistema completo que permite a um povo entender o mundo físico e simbólico em que vive.

Sobre isso, Bortoni-Ricardo (2009) diz: “Estamos vendo, então, que o grau de monitoração que um falante pode conferir a sua fala vai depender dos recursos comunicativos que ele já adquiriu, no contato com a língua escrita e com eventos monitorados de linguagem oral.” Ou seja, cada pessoa vai se comunicar de acordo com aquilo que ela já internalizou.

Sendo assim, nem todas as regiões terão a mesma forma de falar e as mesmas regras orais.

Até as crianças são sensíveis a certas diferenças regionais, que podemos chamar também de diferenças dialetais. No Brasil, a variação regional se manifesta mais na pronúncia de alguns sons, no ritmo, na melodia e em algumas palavras.

O linguista Antenor Nascentes, depois de viajar muito pelo Brasil, propôs uma divisão dialetológica em duas grandes áreas dialetais: a Norte e a Sul, cada uma delas subdivididas em subáreas.[...]

Em Brasília, convivemos com brasileiros provenientes de todos os estados, e os professores certamente são capazes de identificar os sotaques nordestinos, gaúcho, mineiro etc. O mesmo acontece em outras grandes cidades brasileiras que são polo de recepção no processo migratório e por isso recebem brasileiros de diversas proveniências.[...]

Também no vocabulário vamos encontrar diferenças entre as variedades regionais. Em muitas áreas do Nordeste, as pessoas dizem “tomar de conta”, enquanto no Centro-Sul se usa “tomar conta de”. Também dizem “banhar”, enquanto no Centro-Sul se diz “tomar banho”. [...] há muita variação. Você certamente conhece muitos outros exemplos de variação dialetal no léxico.

(Bortoni-Ricardo, 2009).

A autora acredita que não existe uma variedade linguística superior a outra, toda variedade regional deve ser considerada e valorizada como elemento identitário, ou seja, cada região possui sua identidade e esta é motivo de orgulho para os moradores dela. Sobre isso, Stella Maris Bortoni-Ricardo (2006, p. 33) acrescenta em seu livro:

Essa crença sobre a superioridade de uma variedade ou falar sobre os demais é um dos mitos que se arraigaram na cultura brasileira. Toda variedade regional ou fala é, antes de tudo, um instrumento identitário, isto é, um recurso que confere identidade a um grupo social. Ser nordestino, ser mineiro, ser carioca etc. é um motivo de orgulho para quem o é, e a forma de alimentar esse orgulho é usar o linguajar de sua região e praticar seus hábitos culturais. No entanto, verifica-se que alguns falares têm mais prestígios no Brasil como um todo que outros. Por que isso ocorre?

Em toda comunidade de fala onde convivem falantes de diversas variedades regionais, como é o caso das grandes metrópoles brasileiras, os falantes que são detentores de maior poder – e por isso gozam de mais prestígio – transferem esse prestígio para a variedade linguística que falam. Assim, as variedades faladas pelos grupos de maior poder político e econômico passam a ser vistas como variedades mais bonitas e até mais corretas. Mas essas variedades, que ganham prestígio porque são faladas por grupos de maior poder, nada têm de intrinsecamente superior às demais. O prestígio que adquirem é mero resultado de fatores políticos e econômicos. O dialeto (ou variedade regional) falado em uma região pobre pode vir

a ser considerado um dialeto “ruim”, enquanto o dialeto falado em uma região rica e poderosa passa a ser vista como um “bom” dialeto.

(Bortoni-Ricardo, 2006, p. 33)

Infelizmente no contexto atual, tais variações linguísticas são consideradas erros pelos docentes no cotidiano escolar, pois eles consideram irrelevante a carga regional que a criança traz para a sala de aula, levando em consideração apenas a forma culta da língua brasileira falada.

Bagno (2001, p. 68) considera que o “erro” de linguagem tem duas faces distintas: sob a face linguística, “ele não existe, não é considerado erro, mas um fenômeno linguístico passível de ser explicado por teorias científicas”. Sob a face sociocultural, “ele existe e é decorrente das avaliações lançadas sobre os falantes, segundo critérios (preconceitos) puramente sociais”.

2.3-Preconceito linguístico

Para Bagno (1999, p. 67), um dos maiores estudiosos deste tema, “o preconceito linguístico é o menosprezo para com as diversas formas de falar, pensar e sentir, especialmente das classes menos favorecidas ou ainda ideia preconcebida do modo ‘correto’ de se expressar”.

Conforme define o autor, o preconceito linguístico vai além de um simples conceito pré-formado a respeito do dialeto de uma pessoa. Tal preconceito transcende o respeito à variação linguística de determinada região.

Em se tratando de variedades linguísticas e preconceito linguístico é necessário refletir sobre alguns questionamentos pertinentes que Marcos Bagno faz (ao descrever Bortoni-Ricardo) a respeito da variedade linguística no livro da sociolinguista Stella Maris Bortoni-Ricardo (2009 p. 7).

[...] Bortoni-Ricardo foi investigar não só a língua, mas também as redes sociais e a cultura específica dos migrantes de origem rural, forçados a se instalar nas periferias das grandes cidades e a enfrentar a sociedade letrada munidos de suas práticas essencialmente orais. Sem dúvida, esta opção se deve à sensibilidade social da autora, tocada pela incontornável evidência estatística de que esses brasileiros falantes das variedades linguísticas estigmatizadas constituem a imensa maioria da

nossa população, secularmente negligenciada pelas ações políticas dos sucessivos regimes políticos, especialmente no que diz respeito à educação formal – negligência estampada nas cifras de milhões de analfabetos plenos e funcionais que até hoje, em pleno século XXI, figuram ao lado de nossos outros indicadores sociais igualmente melancólicos.

Como possibilitar a esses brasileiros o acesso à cultura letrada e, com isso, a chance de lutar pela cidadania com os mesmos instrumentos disponíveis para os falantes já pertencentes às camadas sociais privilegiadas? Como fazer para que a escola – fonte primordial do letramento na nossa sociedade – deixe de ser uma agência reprodutora das agudas desigualdades sociais e dos perversos preconceitos que elas suscitam? Como levar os professores, sobretudo do ensino fundamental e, mais ainda, das séries iniciais, a deixar de acreditar em algo que não existe (o “erro de português”) para, no lugar dessa superstição infundada, passar a observar os fenômenos de variação e mudança linguística de modo mais consistente e cientificamente embasado?

(Bortoni-Ricardo, 2009 p. 7).

2.4-O preconceito linguístico como sendo um agravante da indisciplina em sala de aula.

Quando se fala em indisciplina, é importante ressaltar que o clima disciplinar dentro do ambiente escolar é de suma importância para o bom funcionamento do processo de ensino-aprendizagem.

Sobre isso Bortoni-Ricardo afirma em seu site que “o clima disciplinar é indispensável para o bom trabalho pedagógico. Sem disciplina, que deve ser negociada e co-construída com os estudantes, o trabalho escolar fica muito prejudicado e se torna cansativo para professor e alunos”.

Gonçalves e Tosta (2008, p.16) fazem a seguinte contribuição com relação ao tema:

[...] e revelam a importância de se compreender melhor o fenômeno da indisciplina que, embora intrinsecamente pouco grave, situa-se como um sério entrave à socialização e às aquisições cognitivas dos alunos, conforme têm indicado estudos mais recentes.

Esse é o caso, por exemplo, do relatório nacional do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), de 2001, que revelou que o clima disciplinar de uma escola influencia significativamente nos resultados dos alunos.

O problema se torna ainda mais grave quando se constata que se, de modo geral, todos os alunos perdem com o clima disciplinar degradado de uma escola, são os alunos com nível socioeconômico e cultural desfavorecido que mais fortemente têm seus resultados escolares impactados por essa ausência de um bom clima disciplinar.

(Gonçalves e Tosta, 2008, p.16)

Levando em consideração o conceito de clima disciplinar e atrelando-o ao preconceito linguístico a organização escolar está longe de ser um modelo de virtudes. Na realidade alguns professores consideram que a escola perpetua o preconceito linguístico, na medida em que supervaloriza a linguagem culta e despreza outras variações linguísticas. Desse modo, a escola parece impor uma correlação: quanto maior a familiaridade que o alunado mantém com a modalidade veiculada pelo ensino, tanto maior a probabilidade de êxito ao longo do processo escolar. A modalidade de cultura que a escola desenvolve afina-se mais com a das classes dominantes, deixando, assim, alguns alunos à margem da apropriação e ampliação do seu vocabulário. Tal cultura é arbitrariamente imposta, já que, na relação pedagógica em si mesma, abstratamente considerada, nada há que leve a instituir a matriz de valores da classe dominante como cultura referencial a transmitir.

Camacho (2001, p. 17), argumenta que a “escola deveria combater o preconceito linguístico, mas, ao contrário disso, o que se observa é que a instituição não reconhece a legitimidade da variação linguística. Muito pelo contrário, acaba por submetê-la ao critério da correção”. Por conseguinte, segundo ele, “a desigual distribuição do capital linguístico escolarmente rentável é um dos elos mais dissimulados da relação entre sucesso escolar e origem social”.

Há professores que demonstram mais preconceito com relação à linguagem do que outros. Há ainda aqueles que percebem o preconceito linguístico e infelizmente há os que valorizam a discriminação alegando que, na escola, assim como na vida, é necessário o uso exclusivo da norma culta da língua. Mas, também há os que tentam minimizar os efeitos do preconceito linguístico entre os alunos. É a chamada *mudança de atitude*. Como ressalta Bagno (1999, p. 115), cada professor precisa “eivar o grau da autoestima linguística: recusar com veemência os velhos argumentos que visem menosprezar o saber linguístico individual de cada aluno”.

As razões que levam ao procedimento pedagógico são variadas, mas algumas delas, segundo Fontes (2005, p. 108), são frequentemente citadas:

- Desprezo para lidarem com situações de conflito;

- A forma agressiva como tratam os alunos estimulando reações violentas;
- A estigmatização e a rotulagem dos alunos;
- A resistência dos professores diante de propostas novas;
- A prática pedagógica domesticadora desenvolvida nas salas de aula;
- A má formação docente inicial e contínua;
- O currículo fechado despreocupado com a realidade local;
- A falta de prioridade das políticas públicas educacionais alinhadas com a realidade das escolas.

Dessa forma, combatendo estes procedimentos inadequados, a escola poderá contribuir para a melhoria da educação que enfrenta vários problemas, como afirma Tiba (1996, p. 46):

A educação atualmente enfrenta sérios problemas. Entre os que afetam os alunos. O mais grave é a falta de disciplina e responsabilidade complementada pela dificuldade dos educadores de tomarem atitudes de autoridade coerentes com sua função, temendo cair em um abusivo autoritarismo, que é antipedagógica.

(Tiba, 1996, p. 46)

Tiba (1996) fala que algumas propostas criadas precisam ser refletidas e adaptadas à realidade do docente para que tenham base que supere a indisciplina. Dentre tais propostas, algumas merecem destaque: o professor precisa ter compromisso com sua classe, “planejando suas aulas, levando em conta a educação recebida em casa, seu conhecimento prévio e respeitando o aluno como um aliado para o desempenho eficaz de seu papel como colaborador da formação de seus alunos”.

Tiba (1996, p. 129) ainda ressalta que o mal estar presente nos professores que se sentem impotentes precisa ser dissipado. A melhor proposta para sanar os problemas da indisciplina está no preparo do aluno para a vida e no fornecimento de ferramentas pelas quais o indivíduo poderá atuar para se conduzir à civilização. É importante que “o professor mantenha-se assíduo e pontual, respeitando horários e evitando problemas de disciplinas resultantes do comportamento irresponsável do docente. É preciso dar exemplo”.

Para Antunes, (2002, p.56) “além disso, é importante para o trabalho pedagógico que o educador estabeleça a disciplina no primeiro momento de contato, com clareza, segurança, consenso e firmeza para que, posteriormente, não perca o controle da situação”. Considerando as pesquisas que abordam a questão da organização do trabalho coletivo em sala de aula, que objetivam a realização da integração social do aluno, de forma disciplinar e adequada,

percebe-se que há uma necessidade de rever as ações atuais, pois as ações antigas deixaram de ter sintonia com relação aos comportamentos de hoje.

A comunicação entre pais, professores, alunos e direção também é um fato a considerar na implantação da disciplina escolar. A criação de canais que facilitem o diálogo entre esses setores pode ser considerada imprescindível para o fortalecimento do que for determinado como normas disciplinares. Todos precisam entender as situações de preconceito linguístico ocorridas na escola. Entender e fazer o possível e impossível para minimizar de forma significativa eventos que apresentem tal preconceito e utilizar meios de interação para alcançar seus objetivos.

Vários dispositivos legais são criados para fazer funcionar regras e leis como garantia de uma boa relação educacional entre professores, alunos e pais. Para Gomez (2000, p. 63) “a proposta deve ir ao encontro de sua atribuição enquanto formadora de indivíduos conscientes e participativos. A escola deve estar centrada e equilibrada na caracterização de seu conhecimento e tradição”.

A UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação – no Brasil, em parceria com a Fundação Kellogg’s e com o apoio da Secretaria Nacional de Direito Humanos e do Ministério da Educação, lançou um estudo, em 25 de setembro de 2005, para melhorar o desempenho educacional e reduzir a indisciplina e a violência nas escolas de Maceió, Manaus, Salvador, Fortaleza, Vitória, Goiânia, Cuiabá, Belém, Recife, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Florianópolis, São Paulo e Distrito Federal, totalizando 146 instituições de ensino previamente selecionadas. Durante as apresentações, foram relatados os principais resultados da pesquisa coordenados pela socióloga e professora da Universidade Católica de Brasília, Mirian Abramovay (UNESCO, 2005).

O interesse por esse estudo, segundo a socióloga, surgiu de uma série de indagações feitas a partir dessa pesquisa, quando se registrou que o clima escolar, as relações sociais, a qualidade das aulas e o desempenho dos alunos são afetados pela indisciplina escolar produzida por um linguajar impróprio, inadequado e preconceituoso. Foram analisados 107 projetos desenvolvidos nos diferentes Estados e 78 destes são voltados para as áreas educacionais e culturais.

O estudo da UNESCO (2005) apresenta soluções e respostas encontradas pelas escolas como contraponto à história de fracasso e descrédito na construção de uma cultura de paz e disciplina. As iniciativas para conter a indisciplina propiciam processos criativos de articulação e transformação do clima escolar e também promovem uma maior comunicação

entre os diferentes setores da escola, fortalecendo laços e mecanismos de compartilhamento de interesses e objetivos.

A pesquisa realizada pelo UNESCO (2005) fornece as seguintes sugestões para sanar as dificuldades de implantação da indisciplina:

- Análise da importância do clima escolar e do papel do diretor, a valorização do aluno, do professor e da escola, o exercício do diálogo com vistas a esclarecer as variações linguísticas existentes em todos os grupos sociais, o trabalho coletivo, a participação da família e da comunidade, a ressignificação do espaço físico, o incremento da sociabilidade e a construção do sentido de pertencimento;

- A gestão aberta à mudança, constitui traço comum às escolas que querem combater a indisciplina, implicando em transformações nos modos convencionais de ensino da Língua Portuguesa;

- A escola que incorpora as manifestações culturais e tradicionais como forma de integração social ameniza a indisciplina, pois busca o diálogo comunicativo ensinando seus alunos o respeito às diferenças físicas e mentais e combate ao preconceito linguístico, nas escolas.

Percebe-se, portanto, que alguns aspectos metodológicos citados podem ser utilizados na prática pedagógica da educação linguística dos alunos. O professor poderá promover suas ações partindo de uma verdadeira e bem sucedida prática sociolinguística.

O respeito ao próximo, a aceitação das diferenças, e uma melhor seleção das metodologias aplicadas à cada situação, são ferramentas eficientes para a contenção da indisciplina que tem como um de seus agravantes o preconceito linguístico.

E, para finalizar o referencial teórico, um trecho que a professora Doutora da Universidade de Brasília, Stella Maris Bortoni-Ricardo deixa ao final de seu livro aos professores:

Se valorizarmos menos as regras prescritivas, se dermos asas a nossa criatividade, vamos encontrar muitas formas de refletir sobre o português brasileiro e de usá-lo com satisfação e confiança, porque, afinal, todos nós que o temos como língua materna somos muito competentes em língua portuguesa. Vamos contagiar nossos alunos com essa confiança e com a alegria de usar o nosso português, na fala e na escrita, com pouca ou com muita monitoração, prontos para desempenhar qualquer tarefa comunicativa que nos caiba.

Parte III

Metodologia

Segundo Charoux (2004, p. 14), “método é uma forma de ordenar o pensamento. Aplicado à investigação científica, significa combinar estrategicamente a capacidade de encadeamento lógico das ideias, empregando-as para conhecer os fatos através de diferentes procedimentos”. Estes pressupõem uma série de regras através dos quais o conhecimento foi produzido e por isso, atribui assim um grau de confiabilidade dos resultados obtidos uma vez que permitiram comprovar o que se afirmou.

O método se apresentou, portanto, como sendo um instrumento imprescindível para auxiliar a pesquisadora a pensar e redigir sobre o questionamento de seu interesse.

Ludke (1986, p. 27) ainda afirma que o uso adequado do método “permite descobrir, organizar o pensamento, elaborar possíveis respostas, construir instrumentos com o objetivo de coletar, tabular, analisar e interpretar os dados, extrair conclusões e preparar os resultados”.

Este trabalho foi inserido na perspectiva de uma pesquisa qualitativa que usa como métodos principais a observação e o estudo de caso, contemplando um estudo exploratório e descritivo da situação estudada. A pesquisa qualitativa, segundo Bagdan e Biklen (1982, p. 54) apresenta cinco características básicas:

- a) A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento;
- b) Os dados coletados são predominantemente descritivos;
- c) A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto;
- d) O significado que as pessoas dão às coisas e à vida são focos de atenção especial pelo pesquisador;
- e) A análise dos dados tende a seguir um processo no qual os pesquisadores não se preocupam em buscar evidências que comprovem hipóteses definidas antes do início dos estudos.

Ainda segundo Bagdan e Biklen (1982, p. 54), a “pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes”.

Quanto ao aspecto exploratório da pesquisa, Charoux (2004, p.38) afirma que o objetivo da pesquisa é formular de modo preciso um problema e suas hipóteses, “ela procura todas as

dimensões possíveis de um problema e é considerada como a etapa inicial para outros tipos de pesquisa. É adequada quando não se dispõe de amplo e sólido conhecimento anterior sobre a matéria estudada”.

No aspecto descritivo, Charoux (2004, p. 39) considera “a descrição, a narração e a classificação como características de uma situação conceitual existente e os fatos coletados são apresentados”.

A pesquisa qualitativa foi utilizada como instrumento de investigação, numa perspectiva de pesquisa etnográfica, envolvendo os aspectos exploratórios e descritivos e encerraram um grande potencial para conhecer e compreender melhor os problemas que são focos do estudo, ou seja, o preconceito linguístico como um possível gerador da indisciplina no ambiente escolar.

Utilizou-se também da pesquisa de campo para melhor compreensão do assunto selecionado e coleta de dados.

A pesquisa foi realizada na escola CAIC – Júlia Kubitscheck de Oliveira de Sobradinho, Distrito Federal, no turno matutino em uma turma de quarto ano (terceira série) com a professora Fátima.

Essa pesquisa descreve as ocorrências de indisciplina na sala de aula, sob o olhar etnográfico, considerando que o ambiente é constituído dos sujeitos investigados.

Procedimentos Metodológicos para coleta e análise dos dados

Para coleta de dados, foi utilizada a técnica da observação das aulas. De acordo com Ludke e André (1986, p. 33): “A observação representa um dos elementos básicos para a coleta de dados, sendo uma das principais técnicas de trabalho em quase todos os tipos de pesquisa utilizados nas Ciências Sociais”.

Cervo (2002, p. 67) completa essa questão da decisão sobre o emprego da observação, pois para ele, a pesquisa decorre do “conhecimento prévio do investigador acerca do que pode obter de informação do observado e de seu grau de conhecimento acerca do fenômeno estudado”.

Para a análise dos dados, as informações foram categorizadas em comentários, baseadas no referencial teórico, conforme os objetivos do estudo.

O objetivo dessa etapa foi responder ao problema da pesquisa e verificar se as asserções eram verdadeiras. Para Charoux (2004, p. 45), a etapa da análise deve “desenvolver-se com a

montagem de um texto no qual se encaixarão as evidências coletadas dando às ideias uma força testemunhal que poderá definir as respostas”.

Para Kramer(1984, p. 29), o mais importante nesta fase de análise de dados é que “o máximo que se pode exigir, tendo em vista os próprios pressupostos da pesquisa qualitativa, é que haja certo consenso, num determinado momento sobre a veracidade daquilo que foi apreendido e relatado”.

Owens (2003, p. 34) afirma que a observação etnográfica proporcionará o “entendimento das ações compartilhadas pelos integrantes de uma determinada cultura, suas formas de socialização e constituição de significados culturais”.

No caso de classe investigada, os alunos construíram suas realidades dentro de um ambiente de socialização que expressa relações dos discursos que ali circulavam.

Foucault (1971, p. 198) afirma que “o espaço da escola, por assim dizer, reproduz-se no espaço de sala de aula, através de um processo de diluição dos discursos produzidos no mundo exterior, com regras e regimes de verdade que se multiplicavam no ambiente escolar e, conseqüentemente, na sala de aula”. Por isso a observação da sala de aula se constituiu num importantíssimo recurso pedagógico.

Essa pesquisa descreveu as ocorrências de indisciplina e de preconceito linguístico, sob o olhar etnográfico, considerando que o ambiente era constituído dos sujeitos investigados. Nesse sentido, foi percebido que a prática etnográfica tornou as ações compartilhadas entre os participantes. O papel do etnógrafo nada mais era do que anotar todos os detalhes da prática cotidiana que puderam explicar o objetivo investigado. Foi justamente na observação que a pesquisadora produziu os textos das relações sociais apreciadas durante seu trabalho de campo. Geertz (1989, p. 7) explica que: “Fazer etnográfico é como tentar ler (no sentido de construir uma leitura de) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado”.

Análise e Discussão dos dados

As observações foram realizadas entre os dias sete de outubro a dezessete de novembro de dois mil e onze, na escola CAIC – Júlia Kubitscheck de Oliveira, no turno matutino em

uma turma de quarto ano (terceira série) com a professora Fátima¹. São alunos frequentes vinte e dois alunos, entre nove e treze anos de idade. Destes, quatro são bi repetentes.

O Objetivo das observações era investigar, identificar e analisar o preconceito linguístico como sendo um agravante no processo da contenção da indisciplina, bem como as causas e consequências das situações que o envolve, os sujeitos provocadores e os provocados.

• Primeiro dia

A primeira observação foi realizada no dia sete de outubro de dois mil e onze, a professora regente ao chegar à escola, se dirigiu às quadras onde seus alunos a estavam aguardando. Em seguida, ela os encaminhou para a sala e iniciou sua fala dizendo que naquela aula eles começariam fazendo uma produção de texto. Ela distribuiu uma folha com três gravuras e pediu que a partir das figuras eles escrevessem um título e desenvolvessem uma redação.

As folhas foram distribuídas e logo que ela entregou a primeira folha um dos meninos que estava sentado na frente perguntou:

Caio: Fessora, a gente precisa dar nomes para os personagens?

Professora: O que significa fessora, Caio?

Caio: Oxe tia, professora.

Professora: Ah tá! PROFESSORA! Para de falar errado menino, se você sabe falar certo tá falando errado por quê?

Caio: Oxe tia, desculpa!

Essa foi a primeira situação de preconceito linguístico que eu observei na aula. A forma com que ela corrigiu o menino, fez com que o coleguinha que estava sentado ao lado fizesse piada dizendo que ele era burro e mandando-o falar direito. A professora pediu que os meninos ficassem quietos, e terminassem logo a redação, do contrário eles ficariam sem recreio.

Em um segundo momento, conforme os alunos iam terminando as redações, a professora pediu que eles se encaminhassem até a mesa dela, para que ela pudesse ir corrigindo os erros.

Passaram-se alguns alunos e uma das alunas levou sua redação para a professora corrigir. Ao chegar à mesa, a professora começou a ler o texto e se deparou com a seguinte frase: “Aí

¹ A professora autorizou o uso dos nomes, contudo evitou-se mencionar o sobrenome.

depois que eles chegaram aconteceu um bololô na festa e eles saíram correndo de medo”. A professora ao ler isso, perguntou para a aluna:

Professora: O que que é bololô Bárbara?

Bárbara: Ah tia, um bololô!

A colega que estava do lado dela respondeu:

Ana Beatriz: É uma bagunça professora.

Professora: Ah tá... Então coloca bagunça Bárbara. Bololô não existe!

Essa foi a segunda situação de preconceito que eu observei, porém agora somente na relação aluno/ professora. A professora ao dizer que aquela palavra não existia deixou de relevar a carga de conhecimentos que a criança tinha como também o dialeto que a criança apresentou, pois a palavra bololô, pode fazer parte do dialeto dela e de seu cotidiano.

Em seguida, a professora mandou que eles fossem buscar o lanche um de cada vez e após o lanche ela os liberou para o recreio, porém, os alunos que não conseguiram finalizar a tarefa ficaram na sala sozinhos.

Ao voltar do recreio, alguns dos alunos ainda não haviam terminado a tarefa, a professora pediu que eles se apressassem. Para os outros que já havia terminado ela deu uma atividade de ciências.

As crianças finalizaram as redações e a professora recolheu. Após alguns minutos, ela passou uma atividade no quadro e pediu que eles fizessem uma pesquisa em casa sobre os animais, suas formas de reprodução, de classificação, alimentação e etc. Ela finalizou a aula dizendo que a pesquisa era para a próxima aula e quem não fizesse levaria advertência. Em seguida liberou os alunos.

O papel da escola no comportamento sociolinguístico dos alunos deve ser o de ensinar a respeitar as diferenças sociolinguísticas das diversas classes sociais como constata Bortoni-Ricardo (2005, p.15):

A escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas. Os professores, e por meio deles, os alunos têm que estar bem conscientes de que existem duas ou mais maneiras de dizer a mesma coisa. E mais, que essas formas alternativas servem a propósitos comunicativos distintos e são recebidas de maneira diferenciada pela sociedade.

(Bortoni-Ricardo, 2005, p.15):

- **Segundo dia**

A professora realizou o mesmo ritual matinal, foi às quadras, encaminhou os alunos à sala e iniciou a aula dizendo que nesse dia eles teriam avaliação com consulta ao livro de ciências. Em seguida ela pediu que eles abrissem o livro e fossem até a mesa dela pegar a avaliação.

No decorrer da aula, a professora foi corrigindo uma por uma das avaliações de quem já havia terminado, ela os chamava na mesa e ia corrigindo as questões.

Um dos alunos então disse:

- Guilherme: Professora, essa daqui eu não entendi, como assim animais que o homem utiliza?

- Professora: Que o homem usa no dia-a-dia Guilherme, por exemplo, o homem se alimenta de quê?

- Guilherme: De comida ué.

- Professora: Sim Guilherme, isso é óbvio, mas ele come carne, por exemplo, não come?

- Guilherme: Come.

- Professora: Então!

-Guilherme: Mas e essa de onde é o habitat deles? Como assim?

- Professora: Ué Guilherme, a gente já estudou isso em sala!!! Onde os animais vivem é chamado de quê?

- Guilherme: Ah é professora, de habitate né?

- Professora: Isso! Por exemplo, qual o habitat da sardinha?

O aluno para, pensa um pouco e em seguida responde:

- Guilherme: A lata ué!

- Professora: Para de ser burro menino, que lata o quê! A sardinha vive na lata?

- Guilherme: Não! Ela já tá morta!

- Professora: Guilherme para de burrice e de gracinha! Senta lá no seu lugar e vai olhar no seu livro de ciências qual é o habitat da sardinha ainda viva!

Em seguida, a professora continuou corrigindo as provas e a aula foi toda destinada a essas correções.

Foi interessante observar essa reação da criança frente à algo que ela não conhecia. São poucas as crianças que já viram de perto uma sardinha viva em seu habitat natural. Sendo assim, fica difícil conseguir visualizar tal como um leão, por exemplo, que vive na floresta, qual o habitat da sardinha. E essa foi mais uma das situações em que ela repreendeu o menino

de maneira constrangedora e pediu que ele corrigisse o que havia dito através do que estava escrito em seu livro didático.

Para analisar melhor o ocorrido, Bortoni-Ricardo (2005, p. 170) diz que o aluno se expressa a partir “de sua competência comunicativa, isto é, do conhecimento que lhe permite comunicar-se adequadamente em sua comunidade e na escola e, distinguir o que é apropriado do que é inapropriado em determinada interação”.

• Terceiro dia

O objetivo da aula era conhecer os documentos que são usados para identificação dos sujeitos.

A professora começou com o seguinte comentário:

- Professora: Na aula anterior, vimos que o crachá serve para você se identificar quanto está entre outras pessoas, certo? Então, vamos ver agora que o nosso nome e sobrenome aparecem escritos em todos os nossos documentos.

A professora deu uma breve explicação, dizendo que os documentos são importantes, pois servem para nos identificar e registrar parte de nossa história. Após essa conversa, ela perguntou:

- Professora: Quem sabe qual é o primeiro documento que uma pessoa recebe?

Um dos alunos respondeu:

- Guilherme: Um papel que se chama certidão.

A professora continuou:

- Professora: Pois é, nosso primeiro documento se chama certidão de nascimento. Ele pode variar em relação a forma de apresentação, dependendo do cartório e do local onde foi feito. Mas as informações básicas nela contidas são sempre as mesmas.

A regente distribuiu algumas cópias de certidões de nascimento e pediu que eles lessem observando as informações pessoais em cada uma.

Em seguida, mostrou uma carteira de identidade, um título de eleitor, um CPF e uma carteira de habilitação, esclarecendo que aqueles documentos eram oficiais como identificadores do indivíduo.

Após as observações desses documentos, a professora leu as informações primárias da certidão e perguntou apontando para um aluno:

- Professora: Qual o nome que foi registrado pelos seus pais na sua certidão de nascimento?

- José Carlos: Zé Carlo.

- Professora: JOSÉ CARLOS. José Carlos de quê?

- José Carlos: Só!

- Professora: E o sobrenome?

- José Carlos: Num sei. Mas acho que é Barbosa da Silva.

A professora checkou na lista e esclareceu:

- Professora: Seu nome é José Carlos Barbosa e Silva e não da Silva.

Houve uma risada geral e um comentário: “Olha o cara! Não sabe nem o nome todo!”.

Achei imprudente a atuação da regente, pois apesar de não repreender a criança (que seria o agente oprimido) de forma ofensiva, o que considero ser uma coisa positiva, ela deixou que as crianças debochassem do aluno por não saber se nome completo, sendo que com certeza, ali na sala havia crianças que também não sabiam seu nome completo. Desta forma, ela poderia intervir e perguntar se mais alguém sabia seu nome para estar rindo do colega, e mostrar que os nomes são diferentes e alguns até mesmo difíceis, por isso a dificuldade do colega em saber seu nome completo.

A regente distribuiu um modelo de certidão para cada aluno preencher na sala. Após esse preenchimento os alunos deveriam levar para casa e checar as informações com a certidão verdadeira.

• Quarto dia

O objetivo da aula era conhecer as medidas de tempo mais usuais no dia-a-dia.

A professora iniciou a aula comentando que medir e contar fazem parte da vida normal de um ser humano há muito tempo. Explicou que hoje temos relógios para medir o tempo com precisão, mas que nem sempre foi assim.

Depois da explicação, pediu que um aluno lesse em voz alta, um pequeno comentário, e o menino leu pausadamente:

- Marcos: No passado, o ser humano observava a posição do sol ou as mudanças da lua para medir o tempo. Depois ele foi inventando instrumentos: o relógio de sol, o relógio de areia, chamado amuleta e outros, até chegar aos relógios de hoje.

Quando o aluno leu a palavra ampulheta de forma errada, em meio às risadas um aluno corrigiu:

- Lucas: Ampulheta, animal, lê direito!

E a professora esbravejou:

- Professora: Não xingue o seu colega! Vamos, Lucas, releia o texto observando a maneira correta da escrita.

Achei bem positivo o posicionamento dela frente a esse episódio, pois com sua intervenção ela não repreendeu o aluno que lera errado, de forma brusca e inconveniente, apenas pediu que ele voltasse e prestasse mais atenção no que estava lendo, mostrando que isso era normal, e ele poderia ter uma segunda chance. Quanto ao menino que o xingou realmente achei necessário ela tê-lo repreendido e pedido que ele não xingasse o colega pois essa não era uma maneira correta de tratar as pessoas, passando ali uma excelente lição válida para todos.

Após comentários a professora lembrou os dias da semana, quantos dias havia em um mês, quais os dias do ano, quantos meses havia em um ano e etc., tudo relacionando a tempo e em seguida distribuiu uma cópia do calendário de dois mil e onze e pediu que marcassem seus respectivos aniversários. Alguns sabiam outros não. Estes precisaram do auxílio da professora que recomendou o uso da certidão colada no caderno para checagem.

Depois de diversas atividades relacionadas ao tempo, a professora mandou que os alunos, por meio de modelos de relógios, anotassem em casa os horários de suas mais importantes ações cotidianas.

• Quinto dia

O objetivo dessa aula era reconhecer a definição de cidadania, com todos os seus direitos e deveres.

A professora começou com a pergunta:

- Professora: Vocês sabem o que é cidadania?

Os alunos deram diversas respostas, tais como:

- Aluno 1: É não jogar lixo no chão!

- Aluno 2: É ir para escola e estudar.

- Aluno 3: É cuidar dos parquinhos.

- Aluno 4: É não estragar as coisa da escola.

A professora prosseguiu:

- Professora: Então... É isso mesmo, e mais ainda! Vou dar esse texto e vocês leiam, observando as gravuras atentamente.

O texto informava que cidadania era o ato de participar ativamente da vida em comunidade, em favor do bem comum; cumprir com os deveres e exigir os direitos; cobrar e propor soluções; discutir as medidas, políticas ou não, que interferem na vida de todos, além de combater a violência com boas atitudes.

Quanto às imagens, a professora perguntou:

- Professora: O que vemos aqui?

- Rebeca: Vemos pessoas trabalhando e se ajudando.

- Caio: Claro, todos trabalham para construir as casas de todos os moradores, como o mutirão lá da Vila Rabelo.

- Gustavo: É... Mas cidadania também é não brigar na escola igual ao bolin.

A professora explicou que, realmente cidadania é não praticar “bulling”. Essa frase ela escreveu no quadro e enfatizou que se tratava de uma palavra de origem inglesa e repetiu várias vezes, para que os alunos entendessem a pronúncia. Ela também explicou o que queria dizer bulling. Atitude que julgo ser bem positiva, pois ela não precisou gritar com o aluno para corrigi-los, muito menos dizer que ele estava errado. Apenas escreveu a frase correta no quadro e pediu que os alunos repetissem a frase juntos, atitude essa que pode ter tirado a dúvida de outros alunos na sala que também pensassem ser aquela a pronúncia correta da palavra. Essa atitude evitou que a turma se descontrolasse e com isso ela conseguiu conter a indisciplina que possivelmente poderia ter ocorrido.

Depois, fizeram um cartaz com ações de cidadania e a professora solicitou que entrevistassem seus pais para conhecer o que sabiam sobre o assunto, por meio de perguntas pré-estabelecidas em sala e formação de roteiro.

• Sexto dia

O objetivo dessa aula era enfatizar as vantagens de se praticar a cidadania e usufruir dos serviços por ela oferecidos.

A professora observou:

- Professora: Vocês já sabem o que é cidadania. Sabem o que ela pode e deve oferecer ao cidadão? Pois bem, ouçam a música do grupo Titãs que se chama “Comida” e foi gravada em 1987.

Após a audição da música, por duas vezes a professora distribuiu a letra e escreveu no quadro algumas questões que deveriam ser respondidas oralmente, discutindo opiniões, tais como: Você tem sede de quê? Você tem fome de quê? Essa sede e essa fome são só de água ou de comida? De que fome os autores estão falando? A quem vocês acham que eles estão reclamando esses direitos? E você? Tem fome de que direitos de cidadão? Como esses direitos podem ser conquistados?

Houve uma longa discussão. Todos queriam dar suas opiniões.

A professora registrou no quadro algumas opiniões mais comuns entre os alunos e pediu que, coletivamente, produzissem um texto tendo como base as perguntas e respostas dadas por eles.

Ao final da aula, os alunos sugeriram que fizessem uma campanha de cidadania contra a dengue, assunto já estudado em aulas anteriores. A professora sugeriu que todos escrevessem em seus cadernos uma frase sobre o assunto, e um aluno sugeriu a frase:

- Humaitá: Sê cidadão é combate a dengue!

A professora escreveu a frase igual o menino havia escrito no quadro e pediu que ele lesse a frase, ele então leu:

- Humaitá: Sê cidadão é combate a dengue!

Uma aluna comentou:

- Luana: Professora, essa frase tá errada!

- Professora: Por quê? Você pode vir no quadro escrever a escrita correta?

Ela se levantou e corrigiu: “Ser cidadão é combater a dengue!”.

A professora pediu que registrassem a escrita correta e começassem a organizar o lançamento da campanha.

Nesse episódio a professora se portou bem, e não houve um preconceito direcionado ao aluno que errou por parte dos outros colegas, uma das alunas apenas reconheceu o erro da frase e propôs a forma correta da escrita. A professora seguiu o que Vygotsky propõe que é atuar como mediadora e deixar que os conceitos sejam construídos de forma coletiva.

- **Sétimo dia**

A aula tem como objetivo a reescrita de palavras de acordo com as normas urbanas de prestígio.

O tema foi apresentado pela professora, que trouxe a música “Vaca Estrela e Boi Fubá” de Patativa do Assaré, com o intérprete Raimundo Fagner, gravado em 1980. Após a audição, a professora pediu que comentassem livremente o entendimento. A resposta foi quase unânime: “Mas nós nem entendemos o que ele estava falando!”.

A professora explicou:

- Professora: Vocês já ouviram falar de literatura de cordel?

Os alunos responderam que não. Uma das meninas falou:

- Letícia: Professora, essa literatura é aquela que fica pendurada num varal?

- Professora: É isso mesmo, como você sabe?

- Letícia: Eu morava no interiô de Pernanbuco e aí meu tio comprava umas revistinha com umas historinhas bem legais, e ele disse que o nome disso era literatura de cordel.

- Professora: Muito bem, a literatura de cordel era rica por falar em assuntos de façanhas marítimas, guerras e viagens espetaculares. Hoje os temas são variados e são conhecidos e recitados pelo povo. Alguns são muito famosos como João Martins de Athayde e Patativa do Assaré, além de outros. Por serem autores que muitas vezes nem frequentaram a escola, eles escreviam à sua maneira, como falavam. Agora, leiam um trecho da música e sublinhem as palavras que não entendem. A letra do texto era:

Vaca Estrela e Boi Fubá

Seu dotô me dê licença

Pra minha história eu conta.

Se hoje eu tô na terra estranha

E é bem triste o meu pena,

Mas já fui muito feliz

Vivendo no meu lugá.

Eu tinha cavalo bom

Gostava de campeã.

E todo dia aboiava

Na portêra do currá.

Ê, ê, ê, ê Vaca Estrela,

Ô, ô, ô, ô Boi Fubá.

As palavras mais citadas pelos alunos como não compreendidas foram: dotô, contá, portêra, campeá, currá e lugá.

A professora falou uma por uma, como estava escrita na música e logo após explicou o que cada uma significava, solicitando a reescrita dessas palavras.

Após essa reescrita, a professora perguntou:

- Professora: Se o poema fosse escrito de acordo com as normas da nossa língua, a impressão que ela produz em quem lê, seria a mesma?

Eles responderam: “Sim!”.

A professora pediu que anotassem ao lado da escrita, a reescrita na norma padrão e perguntou, finalizando:

- Professora: Vocês acham que só porque alguém fala ou escreve diferente a mensagem pode mudar?

E a resposta dos alunos foi a mesma, “Não”. Demonstrando compreensão por parte deles.

Uma aula bem positiva. Nas observações pude notar esse avanço por parte da professora frente às manifestações de culturas e dialetos, a menina, por exemplo, viera de uma cidade interiorana e com certeza para ela não foi difícil compreender o texto quando ele estava sendo lido, pode ser que ela não reconhecesse as palavras como estavam escritas, mas como isso estava relacionado à sua cultura, ela deu a sua contribuição e essa foi válida, ajudando no desenrolar da aula.

• Oitavo dia

O objetivo da aula era compreender o Sistema Monetário Brasileiro e suas aplicações na vida cotidiana.

A professora iniciou uma conversa informal sobre as ações de compra e venda como necessidades de sobrevivência humana. Os alunos especularam sobre os motivos e as necessidades de consumo, tais como: Se alimentar, vestir, divertir, tratar de saúde, transportar, etc.

A professora explicou que para todas essas necessidades precisamos de recursos financeiros para comprar e pagar, ou seja, precisamos de dinheiro. Então, ela perguntou:

- Professora: Quais as notas e moedas que temos no Brasil? Vamos citar? A nota de 100, a de 50, a de 20, a de 10, a de 5 e a de 2. E as moedas? Temos as moedas de 1 real, a de 50 centavos, a de 25, a de 10, a de 5 e a de 1 centavo.

A professora continuou as explicações sobre a aplicabilidade do dinheiro na vida, dizendo que hoje o mundo não sobrevive sem esses recursos. Percebendo a curiosidade dos alunos, perguntou:

- Professora: Quando compro ou vendo algo, como posso substituir o pagamento em dinheiro?

- Aluno 1: Cheque!

- Aluno 2: Cartão!

- Aluno 3: Carnê das casas Bahia!

- Professora: E o salário que recebemos, como é pago?

- Andrea: Com dinheiro no banco professora!

Nesse momento, um aluno perguntou:

- Diego: O que é salaró?

Os alunos riram e um deles corrigiu:

- Gustavo: Não é salaró, é salário sua besta!

A professora não falou nada frente a manifestação de preconceito e explicou que salário vem de sal e que no passado, quando ainda não existia geladeira, a carne precisava de ser salgada para que não estragasse. Por isso, todo mundo precisava muito de sal, e como era muito valioso era utilizado como moeda. Logo, transformou a palavra sal em salário, pagamento por serviços prestados. Um aluno perguntou:

- Marcelo: Meu pai me disse uma vez que ganha oitocentos cinquenta real.

A professora corrigiu:

- Professora: Oitocentos e cinquenta reais, quando passa de um real falamos “tantos reais”.

Para você mostrar a forma padrão da escrita ou da fala de uma criança, não se faz necessário repreendê-la na frente dos demais, como se o que ela estivesse falando não fosse relevante e importante. Paulo Freire, Piaget e outros pensadores na qual a pedagogia se baseia, acreditam que podemos também aprender através do erro e que essa aprendizagem depende da forma como o professor media a situação. No caso da professora, ela explicou

para a aluna como era usada a forma padrão, informação essa que para ele pudesse ser desconhecida.

Para que o trabalho pedagógico possa fazer essa ampliação linguística é necessário a análise e diagnóstico de “erros” no ensino da língua. Mais uma vez, Bortoni-Ricardo (2005, p. 59) sugere:

A análise e diagnose de erros baseiam-se em descrições sociolinguísticas das variedades da língua. Tais descrições deverão incluir o levantamento detalhado da ocorrência das regras variáveis e complementa-se com estudos psicossociais que analisem a avaliação desses traços pelos falantes nos diversos estratos sociais. A análise, por sua vez, permite o levantamento de um perfil sociolinguístico dos alunos, o que servirá de subsídio para a elaboração de estratégias pedagógicas e de material didático adequado.

Bortoni-Ricardo (2005, p. 59)

A professora propôs diversos problemas em situações matemáticas para que os alunos resolvessem por meio de miniaturas de cédulas brasileiras dispostas numa caixa. Ao final, montou uma lista de produtos que os pais comprem no supermercado para que os alunos pesquisassem os preços.

- **Nono dia**

A aula foi iniciada pela professora com uma conversa baseada em um episódio de racismo que aconteceu no dia anterior na escola. Ela começou relatando o fato de que um garoto xingava o outro chamando-o de “filho da égua preta”. O aluno xingado, que se tratava de um aluno negro, disse que essa xingação sempre acontecia com a ênfase nas palavras: preto, macaco, piche, petróleo e etc., e que isso o deixava chateado e humilhado.

Os alunos debateram o assunto entusiasmadamente, discutindo sobre o aluno xingador. Eles também haviam presenciado tais ofensas.

A regente pediu bastante atenção e comentou:

- Professora: Os racistas preconceituosos nem sempre admitem, mas continuam discriminando e propagando suas opiniões pela sociedade. A conscientização e o conhecimento sobre os nossos direitos são a melhor forma de combater esse crime.

Ela ainda acrescentou que a lei contra o racismo foi estabelecida em 1951 como crime e em 1989, ela foi revogada, ou reafirmada.

Após esses comentários, a professora pediu que os alunos fizessem frases em tiras de cartolina, contra o racismo.

Destas frases, foram escolhidas como as melhores: “Combater o racismo para viver melhor”, “Somos todos iguais”, “Não importa a cor, somos brasileiros”, “Melhor ser cidadão do que racista”.

Quando uma aula estava escrevendo sua frase, um aluno a empurrou e ela borrou sua escrita. Ela reclamou:

- Mariana: Professora, o Gustavo me errou!

A professora perguntou:

- Professora: O que que é me errou Mariana?

- Mariana: Ué, ele me empurrou e eu borrei tudo aqui!

- Professora: Me errou? Gente, ninguém erra ninguém, vamos aprender a falar direito? O correto é fulano me fez errar e não me errou. Eu hein gente, vocês já são bem crescidinhos pra ficar falando errado!

O fato dos alunos serem crescidinhos, não indica que eles dominem formas mais monitoradas da língua. Pode ser que a forma padrão já tenha sido apresentada para eles, porém se os pais, irmãos e pessoas com quem eles convivem falam de acordo com seus dialetos, é mais difícil para a criança conseguir falar da maneira usual e padrão sempre. Por isso a importância da mediação do professor. Mediação e não repreensão.

Os cartazes foram afixados na parede dos corredores da escola e a professora pediu que recortassem em casa notícias sobre racismo ou copiassem da internet para montarem um mural coletivamente.

O comportamento linguístico de uma sala de aula é muito variado. A instituição escolar deve priorizar o ensino da língua considerando a variação linguística, as atividades de oralidade e o letramento em sala de aula. Bortoni-Ricardo (2005, p. 197) observa:

As intervenções dos professores estão associadas a estratégias intuitivas que eles observaram com base em seu sistema de crença sobre o letramento. Essas estratégias intuitivas usadas pelos professores para lidar com a complexa questão da variação linguística podem contribuir para a implementação de uma pedagogia culturalmente sensível.

Bortoni-Ricardo (2005, p. 197)

- **Décimo dia**

A aula teve início com a notícia de que os alunos iriam preparar um sarau para apresentação dos trabalhos de literatura que já vinham fazendo, como também as produções de poemas de cordel.

A professora explicou:

- Professora: Para os poemas de cordel que vamos produzir iremos selecionar alguns gêneros e dividir a turma em duplas de trabalho. Cada dupla produzirá um poema conforme o gênero determinado.

Esses gêneros foram apresentados em um folder com suas explicações e definições. Eram os seguintes gêneros: Romance, história do cangaço ou do mundo religioso, noticioso, história de valentia, anti-herói, humorístico, exemplo moral, peleja, folheto de discussão, dentre outros gêneros.

A professora explicou:

- Professora: Já escolhemos o gênero de cordel, no folder está como deve ser o texto do poema, pensem nas rimas e no título do trabalho. Depois registrem e ilustrem seus textos. Após as correções faremos um sarau lá no ginásio da escola onde compartilharemos nossas produções.

Os alunos demonstraram entusiasmo e a regente acrescentou:

- Professora: Teremos uma semana para escrever e avaliar nosso trabalho até o dia da exposição. No sarau vai ter vários outros trabalhos que vamos assistir também, danças, músicas, receitas gostosas, vai ser bem legal!

Quando os alunos começaram a desenvolver as atividades, a conversa entre eles aumentou enriquecendo o tema. Um aluno, muito inquieto começou a andar entre os colegas. Uma aluna reclamou:

- Letícia: Professora manda o Guilherme se sentar porque ele fica futucando a gente!

- Professora: Futucando?

- Letícia: É professora, fica futucando a gente assim (e fez o gesto de como o aluno estava fazendo)

- Professora: Você quer dizer tocando em você né? Não existe essa palavra, futucando!

- Letícia: Não? Mas nós lá em casa fala assim!

Quando uma criança traz uma nova palavra para a sala, a professora tem que investigar o significado daquela palavra, bem como a origem da mesma, e não simplesmente dizer que não existe. Essa frase: “Essa palavra não existe” é muito forte para ser dita a uma criança que veio do nordeste do país, pois lá o comum é falar assim, sendo muitas vezes essa palavra considerada correta e habitual. Desta forma, é bom mostrar para a criança que como as pessoas de Brasília não conhecem essa palavra, é bom usar a forma padrão e usual dessa região.

A professora encerrou o assunto e pediu que os alunos voltassem a fazer o trabalho, pois eles não tinham tempo pra ficar de besteiras, porque ainda teriam que escolher o local do sarau, planejar as apresentações e dividir as funções de cada um, além de reunir com as outras turmas para a organização do evento.

A linguística recomenda o ensino da norma culta na escola, mas o respeito aos saberes sociolinguísticos deve ser enfatizado e preservado nos alunos, como comenta Bortoni-Ricardo (2005, p. 26):

Resguarda-se, assim, o direito que o educando possui à preservação de sua identidade cultural específica, seja ela rural ou urbana, popular ou elitista. A aprendizagem da norma culta deve significar uma ampliação da competência linguística e comunicativa do aluno, que deverá aprender a empregar uma variedade ou outra, de acordo com as circunstâncias da situação de fala.

Bortoni-Ricardo (2005, p. 26):

A partir dessa pedagogia, entendeu-se que o processo de aquisição e apropriação do ato de falar adequadamente de acordo com a situação comunicativa, pode ocorrer de maneira natural. A concordância com o saber do aluno/falante que aprende com o que ouve e imita o que subtrai do ambiente que vive acontecerá espontaneamente.

Para tanto, se faz necessário que a escola esteja cercada de bons professores e que esses consigam transmitir a seus alunos a possibilidade de saberem utilizar as diversas variedades linguísticas nos mais diferentes ambientes da sociedade.

Considerações Finais

Este estudo se propôs a analisar e refletir sobre o preconceito linguístico que gera indisciplina no cotidiano escolar. Nesse sentido, partiu-se dos objetivos de identificar as situações de indisciplina e seu conceito, a compreender sua natureza, causas, consequências, além de refletir sobre as concepções e apontar ações que possam minimizar tal preconceito verificado nas aulas do quarto ano das séries iniciais do Ensino Fundamental. Para tanto, foram realizadas observações com relatórios semanais da sala de aula e conversas com a regente, além de estudos bibliográficos.

O assunto discutido reforçou a ideia inicial de que realmente trata-se de uma questão relevante necessitando de mais estudos a respeito, para que a educação transformadora, agente do processo de mudança social, possa tratar do preconceito linguístico que produz indisciplina de forma científica, indo além do senso comum, já que esse tipo de comportamento é apontado como um dos responsáveis pelo fracasso escolar.

Faz-se necessário ainda comentar que a indisciplina gerada pelo preconceito linguístico deve ser sempre objeto de consideração reflexiva, porque não surge de forma espontânea. Ela é vista como um sintoma, suas causas podem estar localizadas no âmbito pessoal, familiar, escolar ou na sociedade preconceituosa. Todos os participantes da proposta educativa e da vida escolar são possíveis provocadores de atitudes tidas como parte do ambiente indisciplinado e neles estão incluídos os professores e os alunos preferencialmente, no caso de sala de aula.

Ao analisar os resultados obtidos por meio da pesquisa etnográfica, pode-se afirmar que esse método ofereceu ferramentas para o melhor entendimento da realidade da turma observada e do preconceito linguístico existente entre os próprios alunos e o docente.

Durante as semanas de observações, comprovou-se que a boa comunicação de um falante depende da gramática natural que nasce por meio do que ele ouve e do que fala. Isso é construído no âmbito familiar e social em que está inserido o indivíduo. A Sociolinguística, em sua abordagem teórica, contribui para o trabalho pedagógico em sala de aula. Nesse enfoque, percebeu-se que é muito importante conhecer e estudar os aspectos que podem estigmatizar os alunos através do preconceito linguístico e da indisciplina e o que esses alunos discriminados ou discriminadores provocam no ambiente escolar.

Percebe-se que é relevante para o professor o conhecimento da Sociolinguística, que ajuda no processo de ensino e ampliação da língua. É importante também que esses educadores trabalhem a conscientização da sociedade sobre o respeito ao sujeito/cidadão que tem o direito de se comunicar independentemente de sua situação econômica. Isso se dará, principalmente, por meio da formação do professor, pois é nessa formação que o educador poderá compartilhar de teorias e práticas que subsidiará, de forma consciente, o seu fazer pedagógico fundamentado em conhecimentos científicos.

Essa pesquisa demonstrou que dentro da sala de aula, o professor é um dos responsáveis por perpetuar o preconceito linguístico, seja por despreparo profissional ou mesmo por falta de interesse em resolver o problema disciplinar. Em algumas ocasiões, a professora sequer quis comentar os atos de preconceito linguístico com os alunos. Em raras oportunidades a docente percebeu a indisciplina que a linguagem preconceituosa de seus alunos provocava nos seus semelhantes.

Contudo, o papel da escola como instituição legitimada de aquisição do saber é ser responsável por ensinar o respeito às diferenças, sejam linguísticas ou sociais e principalmente, ensinar a língua de prestígio aos alunos que ainda não a dominam para que possam circular em diferentes contextos sociais. O professor seria o agente desse ensino.

Se a escola não cumpre o seu papel, o que se nota são alunos completamente desorientados e que se acham no direito de provocar indisciplina, porque discriminam ou são discriminados pela forma de falar. E a escola não percebe que com as evidências do preconceito linguístico, indiferente a esses atos indisciplinados, sem buscar soluções para conter tais acontecimentos e revendo a linguagem usada em sala de aula, o aprendizado se torna deficiente.

Enfim, esta pesquisa é resultado de um trabalho inacabado, na esperança de que em algum tempo se possa ver escolas que respeitam as variedades linguísticas, dissipando de vez as manifestações indisciplinadas causadas pelo preconceito linguístico.

Perspectiva Profissional

Desde pequena sempre admirei o ato de dar aula. Olhar como os professores se portavam como agiam frente às aulas expositivas e até mesmo como lidavam com os alunos e a organização da sala era minha tarefa predileta. Nesse contexto, eu não conseguia agir diferente, imaginava-me no lugar do professor e adorava brincar de reproduzir tal comportamento em casa com os primos e colegas.

Uma de minhas dúvidas era saber como eu poderia chegar até ali. No início pensei que fosse fácil, se eu continuasse sendo uma boa aluna, aprendesse toda a matéria e chegasse à fase adulta eu poderia ser professora. Conforme o tempo foi passando, percebi que não era tão fácil assim. Para dar aula eu precisava fazer uma graduação em pedagogia e se quisesse ser professora da Secretaria de Educação precisava passar em um concurso.

Hoje, me vejo realizando a primeira etapa deste sonho, a graduação. Com ela, pretendo aprofundar-me mais no assunto estudado durante a minha formação para o concurso da Secretaria de Educação, seja para o cargo de Professor Temporário, seja para Professor Efetivo. Porém, a realização de tais concursos ainda não está confirmada. Então, na esperança de que a realização dos mesmos aconteça o mais rápido possível e na ânsia de estar no lugar onde sempre sonhei estar (dentro da sala de aula), gostaria de batalhar por uma vaga na rede particular de ensino.

Mas a jornada não acaba aí. Para ser um excelente profissional, não basta apenas ter uma graduação e passar em um concurso público, é necessário estar sempre atualizado e “correndo atrás” da continuação de sua formação. Seguindo essa linha de raciocínio, pretendo futuramente fazer uma pós-graduação, alcançar o mestrado e quem sabe até um doutorado.

Para chegar ao sucesso profissional e conseguir mudar um pouquinho da realidade atual da educação brasileira não é preciso ser um bom profissional, é necessário ser o melhor, e é em busca desse melhor que eu darei continuidade à minha jornada que está apenas começando.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Miriam. **Vitimação nas escolas**. UNESCO, 2003. Disponível em <http://www1.folha.uol.br/folha/dimenstein/cbn/comunidade_290404.shtml> Acesso em: 04/12/2011.

ANTUNES, Celso. **Professor bonzinho – aluno indisciplinado: a questão da indisciplina em sala de aula**. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 2002.

AQUINO, Júlio Groppa. **A indisciplina e a escola atual**. Disponível em <<http://www.scielo.br/>> Acesso em 10/12/2011

AQUINO, Júlio Groppa. **Indisciplina: O contraponto das escolas democráticas**. São Paulo: Moderna, 2003.

ARIÈS, Philippe. **A história social da criança e da família**. São Paulo: LTC (2ªed), 1981.

BAGNO, Marcos. **Norma Linguística**. São Paulo, 2001.

_____. **Preconceito Linguístico**. São Paulo, 1999.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Somos todos responsáveis pela qualidade da educação no Brasil**. Disponível em: <http://www.stellabortoni.com.br/> Acesso em 19/04/2012.

_____. **Nós chegamos na escola, e agora? - Sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

_____. **Educação em Língua Materna – A sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial (6ª edição), 2009.

_____. **O professor Pesquisador – Introdução à pesquisa Qualitativa**. São Paulo: Parábola Editorial (2ª edição), 2009.

DAYREL, Juarez. **A escola como espaço sócio-cultural**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio**. Disponível em: <<http://www.dicionariodoaurelio.com/Sociedade.html>> Acesso em 19/04/2012.

FONTES, Carlos. **Indisciplina na escola**. Disponível em <<http://educar.no.sapo.pt/indisciplina.htm>> Acesso em 10/06/2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

FRANCHI, Eglê. **A redação na escola: e as crianças eram difíceis**. São Paulo: Martins Fontes Editora LTDA, 1984.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 25ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira & TOSTA, Sandra Pereira (2008). **A síndrome do medo contemporâneo e a violência na escola**. Disponível em <<http://www.autenticaeditora.com.br/download/capitulo/20090804154507.pdf>> Acesso em 22/07/2012.

PEREIRA, R & JOBIM SOUZA, S. **Infância, Conhecimento e Contemporaneidade. Em, Infância e Produção Cultural**. Campinas: Papirus (2ª edição), 2001.

REBELO, Rosana Aparecida Argento. **Indisciplina Escolar: causas e sujeitos**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

TIBA, Içami. **Disciplina: limite na medida certa**. São Paulo: Gente, 1996.